

24  
130



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURA

**PREDIÇÃO DISCURSIVA EM DISSERTAÇÕES DE LINGUÍSTICA NA  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA EM CUMPRIMENTO PARCIAL DOS  
REQUISITOS EXIGIDOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA  
EM LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

PAULO VICTOR NHANTUMBO

LT-130

JUNHO 2004

**PREDIÇÃO DISCURSIVA EM DISSERTAÇÕES DE LINGUÍSTICA NA  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA EM CUMPRIMENTO PARCIAL DOS  
REQUISITOS EXIGIDOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA  
EM LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE POR PAULO  
VICTOR NHANTUMBO

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURA  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

SUPERVISOR: PROFESSOR CATEDRÁTICO ARMANDO JORGE LOPES  
MAPUTO 2004

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	30175
DATA	/ /
AQUISIÇÃO	Ofenda
COTA	LT-130

O JÚRI:

O PRESIDENTE

O SUPERVISOR

O Oponente

DATA

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui resultado da minha investigação com base nas fontes que apresento no texto e na bibliografia.

Aos meus pais

Aos meus irmãos

À minha filha

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de endereçar a todos aqueles que directa ou indirectamente estiveram envolvidos neste trabalho um caloroso abraço.

Ao Professor Catedrático Armando Jorge Lopes, meu supervisor, pela paciência e abnegação e muito principalmente pela confiança depositada em mim.

Aos professores do curso que me tornaram capaz de fazer Linguística.

Aos colegas, esses que durante cinco longos anos foram como irmãos, companheiros no campo de batalha, pelos momentos indescritíveis por que passámos. Um especial abraço ao Calisto, à Teresa, à Sónia e ao Adamo.

Aos meus pais, irmãos e restante família pelo carinho, compreensão e apoio concedidos durante a vida académica.

Aos meus amigos e todos aqueles que em mim confiaram.

## RESUMO

A presente investigação surge no âmbito de investigações que têm sido feitas a nível da Análise de Discurso tendentes a descrever o carácter interactivo do texto escrito.

O trabalho, que se debruça, fundamentalmente, em técnicas da Análise de Discurso, pretende de uma forma geral estudar a macrocategoria da 'Predição', uma das formas de estruturação do discurso escrito através das categorias da *Enumeração*, *Rotulação Antecipada*, *Recapitulação e Relato*. O corpus para este estudo compreende um conjunto de sete dissertações de Linguística elaboradas por antigos estudantes de licenciatura de Linguística, na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane. O estudo comporta sete capítulos. O Capítulo I é a Introdução, onde se apresenta o tema, os objectivos, a importância do estudo, bem como o contexto do seu surgimento e o modelo adoptado para a prossecução do mesmo. No Capítulo II – Revisão da Literatura – faz-se a revisão das diversas perspectivas de análise linguística sua importância e limitação, de modo a estabelecer-se uma perspectiva adequada para a Análise de Discurso.

No Capítulo III – Metodologia de Investigação - apresentam-se os critérios de recolha de dados e de apresentação dos exemplos-tipo para melhor entendimento do conceito de 'Predição'.

Os capítulos IV, V, VI e VII são dedicados à apreciação e discussão das categorias em estudo. Em cada um destes capítulos apresentam-se (i) a natureza da categoria em questão e os critérios de sua utilização, e (ii) os dados recolhidos que constituem os corpora e a respectiva análise. O Capítulo VIII diz respeito às Conclusões e Recomendações. Apresentam-se as conclusões gerais do estudo e algumas propostas para posteriores pesquisas.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>9</b>
2. Abordagem Diacrónica ou Vertical .....	15
2.1. Abordagem Sincrónica ou Horizontal .....	23
<b>CAPÍTULO III: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>28</b>
3. Critérios de Recolha.....	28
3.1. As Categorias nos Corpora .....	29
3.2. Apresentação dos Exemplos .....	29
3.3. Predição.....	30
<b>CAPÍTULO IV: CATEGORIA ENUMERAÇÃO .....</b>	<b>32</b>
4. <i>Enumeração</i> do tipo (b) .....	36
4.1. <i>Enumeração</i> do tipo (c) .....	37
4.2. O membro V da <i>Enumeração</i> .....	39
4.2.1. Estrutura Interna do Membro D da <i>Enumeração</i> .....	41
4.3. Comentários dos Exemplos.....	45
4.4. Conclusão.....	46
<b>CAPÍTULO V: CATEGORIA ROTULAÇÃO ANTECIPADA.....</b>	<b>48</b>
5. Tipo (b) de <i>Rotulação Antecipada</i> .....	50
5.1. A Estrutura do Membro V do Tipo (b) .....	51
5.2. O Membro D do Tipo (b).....	53
5.3. Comentário dos Exemplos .....	57
5.4. Conclusão.....	59
<b>CAPÍTULO VI: CATEGORIA RECAPITULAÇÃO.....</b>	<b>61</b>
6. <i>Recapitulação</i> do Tipo (a) e Tipo (b). .....	62
6.1. A Estrutura do Membro V da <i>Recapitulação</i> .....	63
6.2. O Membro D da <i>Recapitulação</i> .....	65
6.3. Comentário dos Exemplos .....	69
6.4. Conclusão.....	70
<b>CAPÍTULO VII: CATEGORIA RELATO .....</b>	<b>71</b>
7. Tipologia da Categoria <i>Relato</i> .....	76
7.1. A Estrutura do Membro V da Categoria <i>Relato</i> .....	77
7.2. O Membro D ( Avaliação) .....	79
7.3. Comentário dos Exemplos .....	84
7.4. Conclusão.....	86
<b>CAPÍTULO VIII: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>88</b>
8. CONCLUSÕES .....	88
9. RECOMENDAÇÕES.....	89
ANEXOS.....	92
ANEXO 1.....	92
ANEXO 2.....	97
ANEXO 3.....	103
ANEXO 4.....	105
BIBLIOGRAFIA.....	108

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

O Homem dispõe de técnicas, a escrita, ou habilidades naturais, a fala, para exprimir conceitos sobre a realidade que o circunda. No uso dessas técnicas, isto é, no acto de escrever são usados símbolos gráficos, as letras, que se relacionam de certa forma com os sons da fala.

Byrne (1979), na sua abordagem sobre a escrita, defende que o acto de escrever, como uma regra, não se resume a um número de frases não relacionadas. Argumenta que produzimos uma sequência de frases organizadas numa ordem particular e ligadas, também, de forma particular, e em que a extensão de tais sequências não importa, uma vez que é pela combinação ou pela ordenação das frases que formam um todo coerente, o texto. O texto tem sido objecto de análise para aqueles que o vêem como um meio que articula os processos de leitura e escrita, e um meio através do qual o escrevente e o potencial leitor interagem.

A este propósito, Lopes (1987) afirma que abordar a leitura como um processo interactivo significa prestar a devida atenção à forma como o leitor interpreta a codificação, por parte do escrevente, das funções discursivas conceptual e comunicativa.

E conclui o seu raciocínio do seguinte modo:

O leitor consegue fazer isso através de reconstruções parciais dos processos subjacentes ao discurso. O leitor tenta casar o controlo que o escrevente revela do seu conhecimento linguístico e experiência da vida com o conhecimento linguístico e cognitivo que o próprio leitor tem<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> "The reader achieves this by means of partial reconstructions of the processes underlying the discourse. He attempts to match the writer's control of linguistic knowledge and world knowledge against the background of his own linguistic and world knowledge". (a responsabilidade pela tradução é minha).



Por outro lado, Roseblatt (1988) designa a relação entre escrevente e leitor de “paradigma transaccional”, mostrando que entre eles existe uma relação em que se processa a troca de informação e conhecimentos. Isto acontece porque o escrevente no acto de escrever constrói significados, interpreta a informação para o leitor, depositando, assim, o seu conhecimento linguístico e extralinguístico no texto. O leitor por sua vez, reconstrói os significados e reinterpreta a informação trazendo para o mesmo texto o seu conhecimento e experiência. É neste contexto que Roseblatt considera que essa relação é uma actividade humana em que “os elementos individual e o social, cultural e natural se fundem” (ibid:8).

É tendo em atenção a capacidade que o texto tem de estabelecer entre o escrevente e o leitor uma relação, em que se processa a troca de informação e conhecimento e experiências, que pretendemos fazer uso desse objecto para o estudo em causa.

Assim, o presente trabalho tem o seu fundamento no texto escrito que se pretende ver de um ponto de vista interactivo, uma vez que se parte do pressuposto que dois indivíduos – escrevente/emissor e leitor/receptor – se comunicam por meio de um texto seja escrito, seja falado. Sinclair (1981) tentou trazer para uma única teoria de discurso tanto a língua escrita, como falada. A sua teoria baseou-se no pressuposto de que qualquer trecho, seja escrito, seja falado, pode ser descrito num e ao mesmo tempo em dois planos de discurso: o interactivo e o autónomo. O plano interactivo diz respeito à negociação entre os participantes, e o plano autónomo diz respeito ao registo de experiências.

Este trabalho tem como noção central a *Predição*, sendo o seu tema **Predição Discursiva em Dissertações de Linguística na Universidade Eduardo Mondlane**. Ele

pretende (1) ver como o discurso escrito está estruturado tendo como base a noção de *Predição* e (2) identificar e descrever as categorias de *Predição* que ocorrem nos corpora.

A escolha deste tema é pertinente tendo em consideração o meu envolvimento académico como estudante do curso de Linguística, na Universidade Eduardo Mondlane. E como tal, enfrentei problemas na interpretação, bem como problemas na produção de textos escritos. Isto porque muitas vezes era incapaz de explorar, em minha opinião, os sinais preditivos, quando estivesse a ler, ou incapaz de apropriadamente materializar a *Predição* ao escrever um texto.

Deste modo, parte-se aqui do pressuposto que um texto escrito pode ser melhor compreendido se se tiver em conta o que a noção de *Predição* envolve e que a falta de prática ou de conhecimento no uso de certos sinais linguísticos em discurso escrito pode criar problemas que não são resolvidos a um nível apenas sintáctico e/ou semântico. Assim, afirma-se que uma maior consciencialização sobre a existência de tais sinais e sobre as relações que os mesmos estabelecem entre si constitui uma mais-valia tanto para a interpretação de textos escritos, como para a sua produção.

## 1. O Modelo

Para este trabalho foi adoptado o modelo de Análise de Discurso que tem por base a noção de *Predição*, no sentido em que foi usado por Tadros (1981) no seu trabalho de descrição e análise de textos escritos em língua inglesa sobre temas de Economia. A noção central do modelo é a *Predição*, que consiste na relação entre um elemento preditivo e um elemento predito. As letras V e D serão usadas para representar os membros Preditivo e Predito, respectivamente. Por conseguinte, os símbolos que serão usados para se referir aos elementos da estrutura de um membro são os seguintes:

Pré-n => Pré-núcleo

N => Núcleo

Pós-n => Pós-núcleo

Os membros preditivo e predito são parte de uma mesma unidade ou de um todo que entre si têm uma certa afinidade ou relação. Os dois membros constituem um par, sendo cada membro tido como representante de uma das partes numa relação entre duas partes. Ao primeiro membro designa-se Preditivo (símbolo V), e ao segundo membro designa-se Predito (símbolo D). Um membro V determina uma predição que é satisfeita ou executada por um membro D. O contrário não se verifica, uma vez que nenhum membro D pode executar a predição de qualquer membro V.

Estes dois membros podem separar-se por sinais de pontuação, podendo, ainda, consistir de uma ou mais frases. Os sinais de pontuação, neste caso, são de grande importância, uma vez que eles apresentam um grande valor comunicativo. Isto porque o leitor diante de um texto, neste caso escrito, espera que as fronteiras frásicas sejam marcadas, pelo escrevente, com letras maiúsculas, no início do parágrafo, e ponto final, no fim, ou outro dispositivo, e espera, ainda, que as interrogativas sejam marcadas por um ponto de interrogação (Byrne 1979). Assim, neste trabalho, será considerada a frase ortográfica, aquela que começa com uma letra maiúscula e termina com ponto final ou ponto de interrogação, ou ainda exclamação. Embora estes sinais sejam tradicionalmente usados para assinalar o término de uma frase, eles não serão os únicos tidos em conta. Assim, serão também considerados o 'hífen' e os 'dois pontos', respectivamente. A inclusão destes sinais de pontuação resulta do seu potencial em marcar estruturas maiores do

discurso, isto é, poderem separar um membro V de um membro D. Considerar-se-ão, assim, quatro separadores:

- (1) Ponto final;
- (2) Ponto de interrogação;
- (3) Hífen;
- (4) Dois pontos.

No primeiro caso, em que o separador é um ponto final, um membro V pode ser separado de um membro D por esse ponto. Isto significa que o membro V e o membro D não ocorrem na mesma frase ortográfica. O segundo caso, em que o separador consiste num ponto de interrogação, os dois membros, V e D, são por ele separados.

O terceiro separador, que consiste no hífen, ocorre quando há um rompimento estrutural dentro de uma frase. Entretanto, nem sempre o uso do hífen significa que estamos perante os membros V e D. O quarto separador consiste nos dois pontos. Eles funcionam em três áreas principais:

- a) Quando a informação no membro V é representada horizontalmente.

Veja-se o seguinte exemplo:

Exemplo 15, p.52

V para a elicitación de dados foram efectuados dois tipos de testes. (D)Um teste de Aritmética e outro de Ciências Naturais.

- b) Quando a informação no membro V é representada verticalmente.

Veja-se o exemplo abaixo.

Exemplo nº 10, pág.17

V1 Após a proclamação da independência nacional em 1975, o português é definitivamente consagrado constitucionalmente língua oficial de Moçambique e lhe são reservadas exclusivamente as três funções seguintes:

- D1i (i) Língua de unidade nacional;
- D1ii (ii) Língua de comunicação;
- D1iii (iii) Língua de ensino.

c) Quando o membro V é realizado por um texto não linear, como mostra o exemplo que se segue.

Exemplo 3, p.26

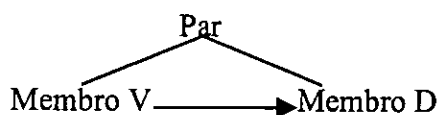
V A tabela I sintetiza estas informações.

D Tabela I. Distribuição das variáveis sociais escolaridade/profissão por zona de residência dos informantes. (ibid:26)

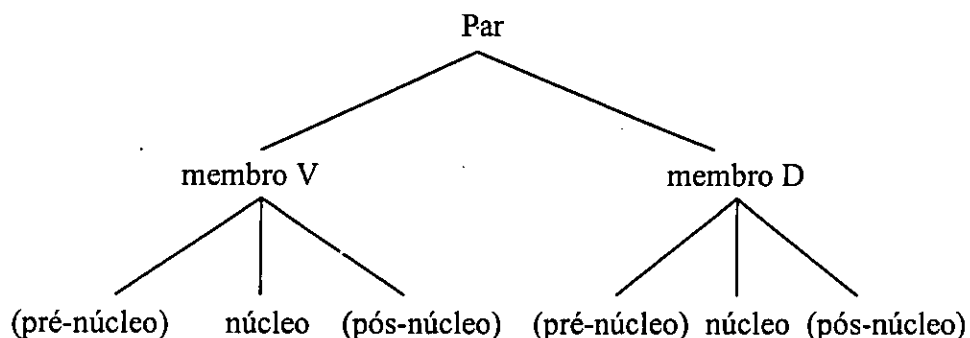
**Distribuição das variáveis sociais escolaridade/profissão por zona de residência dos informantes**

Escolaridade Profissão	Zona de Residência						Subtotal	Total
	Suburbana			AM	Urbana			
	CH	MF	MX			PC		
E1 (+Baixa)	4	3	2	9 (90%)	1	1	10 (100%)	
E2 (+Média)	1	1	1	3 (30%)	4	3	7 (70%)	

Portanto, as unidades de análise que fundamentam o modelo são: o Par, o Membro e a Frase. A estrutura primária do par pode ser representada através de um diagrama como se ilustra em seguida:



Este diagrama pode ser interpretado da seguinte forma: o Par consiste de dois membros. O primeiro é designado V e o segundo D. O membro V antecede, sempre, o membro D e entre os dois existe uma relação de predição que é indicada pela seta. Por sua vez, os membros têm uma estrutura interna que pode ser representada como se segue.



O núcleo do membro V é identificado e classificado de acordo com o sinal que transporta. Torna-se um elemento muito importante pelo simples facto de ser portador do sinal preditivo. Assim, o núcleo de um membro D satisfaz a predição estabelecida pelo núcleo de um membro V. De salientar que qualquer porção de texto entre os dois núcleos é classificada posteriormente, uma vez que antes de o núcleo ser detectado essa porção de texto não é reconhecida como pré-núcleo do membro D, nem como pós-núcleo do membro V. Assim, para identificar a fronteira inicial do pré-núcleo, alguns procedimentos são adoptados:

1. qualquer porção de texto depois do título e antes do primeiro núcleo de V, ocorrendo no mesmo parágrafo, é considerado pré-núcleo;
2. se um núcleo de V se encontra no início do parágrafo, então podemos considerar que não existe pré-n.

Em relação ao pós-núcleo, deve-se salientar que esta porção de texto tem como função comentar ou expandir o núcleo precedente. Assim, qualquer porção de texto que se encontre entre o núcleo de V e o núcleo de D é classificado como pós-núcleo de V, contanto que outros V's não ocorram entre eles, e, por outro lado, que essa porção de texto seja semanticamente relacionada como o núcleo de V.

## CAPÍTULO II

### REVISÃO DA LITERATURA

“É reconhecido por muitos linguistas, filósofos da língua, sociólogos e etnometodologistas que em textos para além da frase se encontra uma área que precisa ser investigada se nós consideramos estar interessados no uso da língua e não meramente na produção de frases isoladas para a explicação de regras gramaticais. Contudo, como designar essa área é tão problemático como os procedimentos a serem adoptadas para investigá-la” (Tadros 1981:1).

Tadros (op.cit) deixa subjacente que os estudos que têm sido feitos tendo como base a frase, apesar de esta ser analisada sob diferentes perspectivas, nomeadamente sintáctica, morfológica, gramatical, não têm abordado a frase numa perspectiva mais ampla. Isto é, esses estudos, que apenas se confinam à produção de regras gramaticais, têm como base de análise dados homogéneos, o que não permite uma análise mais ampla e profunda do objecto a estudar – a frase.

Podemos deprender desta afirmação que a frase pode ser analisada dentro da sua fronteira, assim como para além da mesma, isto tendo em conta se a abordagem é formal ou é funcional. Assim, podemos notar que na teoria linguística podem ser distinguidos, num alto nível de abstracção, duas abordagens alternativas, designadas paradigma formal e paradigma funcional, respectivamente (Dik,1981). É tendo em conta estes dois pressupostos que esta parte do trabalho vai estar virada. Isto quer dizer, por outras palavras, que a revisão da literatura vai estar virada para estas duas perspectivas ou direcções de análise da frase.



No que concerne à análise da frase dentro da sua fronteira, há a considerar o tipo de análise levado a cabo pelos linguistas tradicionais. Estes ao estudarem a língua, estudavam-na dentro da fronteira da frase, tratando a língua como algo homogéneo, não se preocupando com outro tipo de factores que a influenciam. Este facto permite afirmar que a frase “é um refúgio seguro para qualquer um que está interessado na produção de regras precisas. Ela é tradicionalmente vista como a maior unidade estrutural na qual uma detalhada análise gramatical é possível” (ibid:2). Este facto mostra que no paradigma formal a língua é vista como um objecto abstracto, em que a gramática é concebida como tentativa de caracterizar esse objecto (frase) em termos de regras formais da sintaxe de modo a ser aplicada independentemente dos possíveis significados.

Pode-se notar que os gramáticos nesta ordem de ideias não têm interesse algum em analisar a língua para além da frase, uma vez que parecem ter consciência de que uma análise da língua para além da fronteira da frase lhes sujeitaria a trabalhar com dados heterogéneos. Isto é evidenciado nos estudos levados a cabo por estudiosos de Saussure e por Noam Chomsky.

Tanto um, como outro não estavam interessados na análise de texto escritos, muito menos levavam em consideração a noção de interacção social. Isto é notável na distinção feita por Ferdinand de Saussure entre ‘langue’ e ‘parole’, por Noam Chomsky entre ‘competência’ e ‘performance’.

A ‘langue’ refere-se ao sistema linguístico abstracto que é partilhado por todos os membros de uma comunidade de discurso, sendo passível de ser estudada, enquanto ‘parole’ refere-se à realização actual da língua no discurso e não é passível de ser estudada, uma vez que não é homogénea. Sendo a ‘competência’ o conhecimento por

parte do falante ideal de regras gramaticais e a 'performance' a realização actual desse conhecimento.

Ambos não estavam interessados em analisar quem usa determinada frase, em que circunstância e para que propósito. Apenas tiveram o seu enfoque na produção de regras gramaticais e excluíram do seu estudo tudo aquilo que tinha a ver com a realização factual da língua, ou seja, não se preocupavam com a interacção social e, conseqüentemente, com a função social da língua. Deste modo, Saussure excluiu 'parole', enquanto Chomsky excluiu 'performance'. Este considerava que os erros de 'performance' eram causados por limitações de memória, distrações, mudança de atenção e de interesse e erros, no momento em que o falante aplicava os conhecimentos da língua na realização actual da mesma, isto é, na 'performance'.

Nota-se que a análise que está subjacente à ideia dos gramáticos, que vêem a frase como o limite último da análise linguística, diz respeito ao estudo da língua como um sistema formal abstracto. Este aspecto está patente na ideia defendida por James (1980:98) ao afirmar que "o sistema formal de qualquer língua que os linguistas pretendem descrever tem sido designado de diversas formas por diversas pessoas: Saussure falava de 'langue', Chomsky de 'competência', sendo outro termo código". James (op.cit.) introduz o conceito de microlinguística para identificar o enfoque de pesquisa levado a cabo pelos gramáticos, caracterizando, deste modo, o tipo de abordagem dentro da frase.

O facto de os gramáticos tratarem de questões apenas ligadas a propriedades formais não significa que o trabalho por eles levado a cabo seja dispensável. O que se pretende com esta discussão é mostrar que o estudo por eles levado a cabo por si só não é suficiente. Por exemplo, os gramáticos podem dizer-nos a cerca de uma frase que ela é interrogativa

ou declarativa na forma, mas não nos podem dizer qual é a sua função num texto, a que propósito ela surge na frase, o que lhe precede e o que lhe segue, o que ela quer significar. Ou seja, o significado contextual da interrogativa ou declarativa.

Por se concluir que a gramática lidando apenas com aspectos formais da língua não permitia uma análise mais profunda, ou seja, uma análise dos diferentes factores que estão ligados ao seu uso, como sejam o contexto, a função, a interacção, etc., alguns linguistas defendem a expansão do objecto da gramática do formal para o funcional, de modo que se tenha uma gramática funcional. Isto porque no paradigma funcional a língua é concebida em primeira instância como um instrumento de interacção social entre os humanos, usada com o objectivo primário de estabelecer relações comunicativas entre falantes e ouvintes (Dik, op.cit.). Isto significa que nesta abordagem importa ver qual é a função da língua, tendo em conta o que é que as pessoas fazem com ela numa interacção verbal. Um desses linguistas é van Dijk (1977:7), que defende a expansão da gramática de modo a incluir “uma componente pragmática, uma referência semântica, uma semântica que inclua as condições de interpretação do conhecimento do mundo, e uma macro-semântica”.

Lopes (1997) é outro linguista que defende que a abordagem da gramática devia expandir-se, ao argumentar que ela se poderia beneficiar e muito, se tanto a dimensão discursiva, como a dimensão cognitiva fossem consideradas. E acrescenta,

Na verdade, quando se diz alguma coisa, não são apenas palavras o que dizemos. É o que se diz (informação), como se organiza o que se diz (retórica e lógica), que sinais interactivos se usam, na conversação ou na escrita, na nossa relação com o destinatário (formas através das quais se interage com um ouvinte ou com um leitor assumido/potencial no caso da escrita, como nos comportamos e agimos numa determinada situação (...)) e que valores, hábitos e crenças se tem quando se interage (o nosso conhecimento e visão do mundo). (ibid:50)

Sinclair & Coulthard (1975) também apresentam uma proposta de expansão do escopo de acção da gramática. Para Tadros, Sinclair & Coulthard (op.cit.) propõem um novo nível de análise, isto é, o nível de discurso. Todavia, Sinclair & Coulthard, por um lado, e van Dijk e Lopes, por outro, concordam que a gramática deve expandir o seu escopo de acção, de modo que não só a componente formal faça parte em exclusivo da análise da língua, como também a componente funcional, para permitir, deste modo, que a língua seja descrita dentro da sua função social interactiva. Este é o verdadeiro problema que uma análise para além da frase pretende resolver, principalmente se levarmos em consideração Enkvist (1987) ao afirmar que "certas transformações num texto ocorrem provocadas por forças que estão para além da frase". São essas forças que, se não forem levadas em consideração, ou simplesmente ignoradas a sua existência, tornam a análise da língua deficiente, insuficiente, virada para a frase que se confina no seu próprio interior.

James (op.cit.), para a abordagem para além da frase, introduz o conceito de 'macrolinguística', onde mostra que nessa abordagem "a atenção é transferida do código para o processo de comunicação" (ibid:98). Isto significa que o que importa nesta abordagem é o acto comunicativo. Já não há lugar para a frase vista de forma isolada, vista fora do seu contexto situacional e sem ter em conta as relações que se estabelecem entre elas. Assim sendo, a macrolinguística concebe o estudo da língua dentro de duas abordagens: a abordagem diacrónica ou vertical, que se ocupa de unidades linguísticas maiores que a frase; a abordagem sincrónica ou horizontal que incorpora os aspectos socioculturais dentro da linguística. A abordagem vertical, que se preocupa com os aspectos de ordem organizacional, está ao nível da linguística formal, interessando-se pela forma como as

frases são organizadas em unidades suprafrasais ou texto, enquanto que a abordagem horizontal se preocupa com os aspectos de ordem funcional, estando ao nível da linguística funcional, e interessa-se pela forma como as pessoas usam a língua.

Uma análise ligada ao nível formal é uma análise de texto, ao passo que uma análise ao nível funcional é uma análise de discurso. Entretanto, as duas áreas de pesquisa, texto e discurso, não são de natureza diferente.

Widdowson (1978) faz uma distinção paralela à feita por James ao distinguir os termos 'usage' e 'use'. O primeiro diz respeito à gramaticalidade das frases, envolvendo a capacidade de criar frases correctas, onde se demonstra até que ponto o falante da língua conhece as regras da língua. O segundo termo diz respeito à funcionalidade de uma frase. O falante precisa saber que frases são apropriadas para um certo contexto, onde demonstra a sua habilidade de usar o seu conhecimento de regras linguísticas para comunicar.

É difícil, a menos que seja por uma questão metodológica, separar estes dois termos, uma vez que são complementares, para além do facto de estarem ao mesmo nível – da performance. Assim, a realização material de uma língua, a performance, envolve tanto o termo 'usage', como o termo 'use'. Contudo, apesar de eles serem complementares, o termo 'use' é mais abrangente que o termo 'usage', como também o campo de análise do discurso é mais amplo que o campo de análise do texto, uma vez que o estudo da função implica, necessariamente, a existência de relações entre a função e a forma, não acontecendo o mesmo no sentido inverso. Sobre este aspecto, Coulthard (1977:8) afirma que "o problema final da análise do discurso é mostrar como as categorias funcionais são realizadas pelos itens formais".

De acordo com o que se expôs acima em relação ao conceito de macrolinguística, pode-se notar que o seu campo de análise tem como base duas abordagens de análise linguística, nomeadamente a abordagem diacrónica e a abordagem sincrónica. Estas por sua vez lidam com dois níveis de análise que são: análise de texto e análise de discurso. É sobre estes fundamentos que a abordagem para além da frase se vai assentar.

## **2. Abordagem Diacrónica ou Vertical**

Como se disse, esta abordagem lida com os aspectos organizacionais, estando por isso ao nível da linguística formal, preocupando-se por conseguinte com a gramaticalidade das frases, sem se interessar com o seu uso.

Halliday & Hasan (1976) usam uma abordagem diacrónica ao investigar a língua para além da frase. Ambos vêm acima da frase 'uma unidade da língua em uso' que designam de 'texto'. Este "não é uma unidade gramatical, como a oração ou a frase; e não é definida pela sua medida" (ibid:1). Ele é "melhor considerado como uma unidade SEMÂNTICA: uma unidade não de forma, mas de significado" (ibid:2). Estes estudiosos estavam preocupados em investigar as relações entre uma sequência de frases tendo como base o conceito de coesão. Este "conceito é semântico; ele refere-se às relações de sentido que existem dentro de um texto, e que o definem como um texto" (ibid:4). "A coesão é expressa parcialmente através da gramática e parcialmente através do vocabulário" (ibid:5). É deste modo que o conceito de coesão se subdivide em coesão gramatical, quando é expresso através da gramática, e coesão lexical, quando é expresso através do vocabulário. Portanto, a investigação levada a cabo por estes estudiosos visando as relações entre sequências de frases foi feita em termos do que designam coesão gramatical e coesão lexical. Eles ainda identificaram cinco tipos de laços coesivos

que são: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical. Estes cinco elementos são os que permitem que se estabeleçam entre sequências de frases relações de coesão.

Na perspectiva de Halliday & Hasan (1976), as relações que se estabelecem entre elementos dentro da frase, assim como a ordem em que ocorrem são determinadas estruturalmente, ou seja, pela estrutura da frase, causando deste modo restrições gramaticais. Entretanto, ao perspectivarem uma análise para além da frase, eles vêem uma sequência de frases ligadas por um número de dispositivos ou laços coesivos, formando uma unidade semântica.

Portanto, de acordo com a perspectiva de Halliday e Hasan (op.cit.), tudo aquilo que forma uma unidade semântica constitui um texto, de tal forma que as suas diferentes partes se relacionam por meio de laços coesivos de natureza gramatical e de natureza lexical. É de realçar que a noção de coesão é um aspecto muito importante do discurso escrito de tal forma que se torna um tanto quanto difícil conceber uma porção de texto, que tenha mais do que um par de frases sem laços coesivos, uma vez que são estes laços que estão por detrás da estrutura do discurso. Entretanto, a noção de coesão não nos diz mais para além da estrutura, isto é, ela, fundamentalmente, lida com a estrutura para além da fronteira da frase, uma vez que se preocupa com as relações entre sequências de frases. Por isso, ao perspectivarem um estudo das relações frásicas, baseando-se apenas no conceito de coesão, eles apenas lidam com a forma descurando-se da função.

Outro estudioso que investiga a língua para além da frase, tendo como base de análise textos escritos é Winter (1977). Este vai analisar textos escritos em termos do que designa de 'relações oracionais' (clause relations). Sobre este aspecto, afirma que a sua

abordagem para a análise de discurso “é baseada na suposição de que no momento em que pomos duas frases juntas para o propósito de comunicação com alguém, estas duas frases entram numa relação especial em que a compreensão de uma frase depende de algum modo da compreensão da outra frase no parágrafo” (ibid:2). É na esteira destas relações, observa Winter, que:

existem duas formas regidas por regras (rule-governed) em que nós interpretamos uma frase à luz da outra. A primeira é onde nós combinamos coisas, acções, pessoas, etc. para o que é igual (similar) e diferente. Esta é a relação de combinação (matching relation) cujo item característico é comparar (...). A segunda forma é onde nós observamos uma alteração no tempo/espço. Esta é uma relação sequencial lógica (logical sequence relation), cujas características dos itens lexicais são conectar e determinar o tempo como na interrogativa ‘como o evento x liga-se ao evento y (no tempo) ?’. (ibid:6)

Para a relação sequencial lógica, cuja característica é ligar um evento a outro em termos temporais, a sequência temporal “é crucial para semântica da interpretação” (ibid:6). Isto significa que um evento x deve ligar-se imediatamente a um evento y. O mesmo acrescenta ainda que “(...) dada uma frase com o seu contexto precedente, a selecção lexical na frase seguinte é frequentemente previsível” (ibid:35). Isto significa que as relações estabelecidas entre dois membros podem ser naturalmente previsíveis. Contudo, o contexto é a condição *sine qua non* para determinar se uma predição será realizada. Quer-se com isto dizer que, uma vez que entre dois membros pode existir uma relação frásica de qualquer natureza, a ocorrência do segundo membro vai depender da ocorrência da informação considerada crucial para a sua ocorrência no contexto precedente ou não. Isto porque, “numa estrutura de discurso, há uma previsibilidade inerente quando se apresenta uma declaração de decisão ou de escolha que depende da



condição seguinte. Se a razão ou base da escolha não precedeu a declaração da escolha então a razão é fortemente predita a seguir (...)" (ibid:3).

Na sua abordagem sobre as relações frásicas, Winter defende a existência de três vocabulários, que são respectivamente vocabulário 1, vocabulário 2 e vocabulário 3. Ele dá muita importância ao vocabulário 3, uma vez que este se pode comportar como os outros dois vocabulários, 1 e 2, respectivamente.

Segundo Tadros (op.cit.), a noção de realização lexical é a noção mais importante e reveladora subjacente ao vocabulário 3. "O vocabulário 3 comporta-se de duas maneiras diferentes ao mesmo tempo. Eles comportam-se como todos os outros itens lexicais na língua, isto é, eles podem ser substantivos, verbos, adjectivos na sintaxe do sujeito, do objecto verbal, ou do complemento da oração" (ibid:19). É este facto que lhes confere um carácter relativamente aberto, pese embora se possa comportar como elementos de um conjunto fechado.

Winter elaborou quatro critérios com o intuito de explicar o sistema fechado do vocabulário 3. Estes critérios serão, de forma resumida, discutidas a seguir.

#### Critério Um: Vocabulário de Conjunto Fechado

"O critério 1, vocabulário de conjunto fechado, baseia-se em duas observações. A primeira é que a maioria dos itens do vocabulário 3 parafraseia directa ou indirectamente a semântica conectiva (the connective semantics) do vocabulário 1 ou 2, ou de ambos" (Tadros op.cit.). é este facto que confere a este vocabulário um carácter flexível. Deve-se realçar ainda que, ao se comportar como um conjunto fechado, ela adquire características de conectores frásicos.

### Critério Dois: Vocabulário Característico das Questões

Sobre este critério, Tadros (op.cit) afirma que pode ser usado como forma de distinguir os dois tipos de relações oracionais, respectivamente a Relação de Combinação e a Relação Sequencial Lógica.

Este critério permite visualizar as ligações entre duas frases mostrando a questão que liga a segunda frase à primeira (Winter 1977). Refere ainda como sendo “o nosso critério fundamental para examinar a gramática e a semântica da oração”.

### Critério Três: O Parafraseamento das Relações Oracionais

Ao abordar-se o critério três, nota-se, novamente, que Winter reitera a noção de paráfrase como estando subjacente à ideia de relações oracionais, isto é, este estudioso ao abordar os critérios por si estipulados trata no fundo do parafraseamento das relações oracionais. Então, qual é a pertinência deste critério? Apesar de a noção de paráfrase cobrir a maioria dos critérios, ela neste caso é vista como um critério separado, uma vez que “todo o significado do Critério 3 é aquele das características definidas do vocabulário 3 que directa ou indirectamente parafrasea as ligações de sentido do vocabulário 1, os subordinadores, e do vocabulário 2, os conectores frásicos” (ibid:42).

Tadros (op.cit.) comentado o significado da paráfrase como Critério 3, afirma que ela significa que a semântica do vocabulário 1 e 2 (semântica dos conectivos), neste caso designados ‘semântica interpretativa’, não só torna explícita a semântica subjacente da relação oracional, mas também torna explícito qual é o papel contextual do par da oração ou do par da frase, especialmente se um dos dois membros da relação oracional for dado ou novo para o contexto.

Em relação ao papel contextual que a semântica interpretativa ou simplesmente conectivos desempenha, está claro que, para além de tornar explícito a semântica subjacente, torna também explícito se a informação na oração é apresentada como nova ou é apresentada como dada para contexto. Isto é possível pelo simples facto de assinalar independência e subordinação, já que “o vocabulário 2 quase sempre assinala independência para ambos os membros. Em termos contextuais, isto significa que, para o vocabulário 2, nós temos a informação de ambos os membros apresentada como se fosse nova para o contexto” (ibid:45).

Como se viu anteriormente, o vocabulário 1 diz respeito aos subordinadores, significando com isto que a relação entre ambos os membros é de dependência. Em outras palavras, o vocabulário 1 assinala subordinação de um dos seus membros, significando em termos contextuais que um dos membros é apresentado como novo, o subordinante, e o outro como dado, o subordinado.

#### Critério Quatro: A Antecipação da Relação Oracional Como Parte Necessária da Realização Lexical

“Antecipação é a evidencia de que existe uma estreita ligação semântica para além dos confins da frase; isto é, para além das construções gramaticais da frase, contudo nós encarregamo-nos de definir as suas fronteiras sintácticas” (ibid:57).

Pode-se ver que, para este autor, a antecipação é uma forma de predição forte. Neste caso a predição é assinalada por alguns elementos do vocabulário 3. Desta forma, o membro que possui um elemento desse vocabulário organiza o contexto imediato. A este membro designa-se membro antecipatório. Assim, uma vez que os itens do vocabulário 3

pedem realização lexical, o segundo membro deverá conferir a particularização antecipada pelo item mencionado no primeiro membro. A este segundo membro designa-se membro antecipado.

Portanto, de uma forma geral, pode-se dizer que o autor supracitado concebe para além da fronteira da frase uma relação desenvolvida entre dois membros, sejam eles preditivo e predito, sejam eles antecipatório e antecipado, que constituem um par. Essas relações por eles mantidas são de natureza preditiva e regulamentada (rule-governed). Assim, o desenvolvimento da comunicação de uma forma regulamentada é possível pelo facto de se poder partilhar os significados pelos quais podemos interpretar um número infinito de frases no seu contexto imediato na base do mesmo princípio pelo qual partilhamos a semântica e a gramática da oração (Winter 1976). Por conseguinte, o que vai permitir tornar explícitos esses significados são os três vocabulários por ele avançados. Para Tadros (1981) o que é importante salientar é a função antecipatória do vocabulário 3 junto com a noção de realização lexical, assim como a sua noção de repetição e substituição. Mas onde nos leva uma análise em termos de relações oracionais? Uma análise deste tipo marca um passo a frente de uma análise em termos de relações coesivas, uma vez que uma análise deste tipo tem o seu enfoque na interpretação mais do que na estrutura como se verifica quando se estabelece uma análise em termos de relações coesivas. Como Montgomery (1977:171) observa: “ a ênfase no trabalho de Winter é na interpretação mais do que na estrutura e assim pouca tentativa é feita para se dar uma descrição precisa das unidades de discurso para a qual a sua descrição se aplica. Quatro termos – oração, frase, membro e parágrafo – são empregados, mas a relação precisa entre eles continua não claro. ”

Todavia, o conceito de Relações adaptada à Análise de Discurso não é exclusiva de Winter. Hoey (1979, 1981) desenvolve o seu estudo na área de Análise de Discurso tendo como base o conceito de Relações. Tal como Winter, Hoey dá pertinência ao papel do contexto para a identificação dessas relações. Entretanto, como ele próprio observa, essas relações podem ser divididas em duas principais categorias, nomeadamente relações assinaladas e relações extraídas. Sobre este facto, Hoey (1981) observa que as relações assinaladas são aquelas cujo foco é dado pelo *encoder*, sendo por essa razão mais facilmente descodificadas pelo leitor/auditor. Isto significa que o que permite este tipo de relações ser facilmente descodificado é o facto de ele ser enfatizado ou enfocado pelo encoder, o que deixa subjacente que as mesmas são uma realidade concreta, isto é, existente dentro do discurso.

Estas relações podem ser assinaladas gramaticalmente pelo uso, por exemplo, de subordinadores, isto é, vocabulário 1, ou conjunções, vocabulário 2 ou conectores frásicos na terminologia de Winter (1977), ou podem ainda ser assinalados lexicalmente pelo uso de itens do vocabulário 3, sendo, também, a repetição uma das técnicas de assinalar relações (Tadros op.cit.).

As relações extraídas, por outro lado, “envolvem a introdução dentro do discurso do que não é explícito” (Hoey, 1979:56). Por outras palavras, as relações extraídas não estão disponíveis no discurso de forma aberta, havendo, por isso, necessidade de serem formuladas. Duas técnicas foram desenvolvidas por Hoey para dar conta deste facto, ou seja, para a extracção de relações: a Paráfrase e o Diálogo. Tadros (op.cit) observa que a paráfrase envolve o uso dos vocabulário 1, 2, 3, de modo que se possa tornar explícita a relação entre duas orações em que os sinais abertos não estão presentes, enquanto que a

técnica do Diálogo envolve o leitor fazendo perguntas ou, simplesmente, interrogando, facto que reflecte sua expectativa em relação ao discurso.

De uma forma resumida, Hoey observa, sobre o efeito que estes dois tipos de relação têm no *decoder*, que:

Quando uma relação é assinalada, uma mensagem é comunicada do modo em que o discurso deve ser interpretado: (...) Quando de outro modo a relação pode ser mostrada que existe pela técnica de paráfrase ou técnica de diálogo, mas que não tenha sido assinalada como relacionada por qualquer dos significados (...), então a mais moderada mensagem acerca da relação é comunicada ao leitor/ouvinte; o leitor/ouvinte tira conclusões baseado no contexto e na conexão antecipada. (Hoey, 1981)

O que é importante aqui realçar é o facto de a mensagem, quando a relação é assinalada, ser interpretada na íntegra, reduzindo a possibilidade de má interpretação, ao passo que, quando a relação não é assinalada o leitor/ouvinte deve apelar ao seu conhecimento linguístico ou pelo menos intuição linguística fazendo conexões antecipadas sem descurar da importância do contexto, contudo neste caso a possibilidade de má interpretação é maior.

### 2.1. Abordagem Sincrónica ou Horizontal

Na secção anterior, ~~vi-se~~ uma das abordagens da macrolinguística. A referida abordagem, apesar de ter uma base formal, diferencia-se da visão chomskyana, que considera a língua um objecto abstracto, ou seja, conjunto de frases isoladas, em que a importância ou o enfoque incide na formulação de regras sintácticas, sem se considerar a sua relação com o sentido e o seu possível uso. Então, no sentido chomskyano, como observa Dik (1981):

A sintaxe formal é em primeira análise mais ou menos um sistema 'arbitrário' de regras, e somente quando este sistema de regras tiver sido estabelecido é que se pensa ser possível estudar os significados que as estruturas sintácticas abstractas podem ter, e os usos pelo qual elas são postas na realização actual [da língua]. A sintaxe é, deste modo, dada prioridade mais do que a semântica, e a semântica é dada prioridade mais do que a pragmática (onde a última pode ser definida como o sistema de regras governando o uso das expressões linguísticas). (ibid: 1)

Este aspecto é muito importante, pois se considera que a abordagem diacrónica se diferencia da abordagem chomskyana, uma vez que não só se preocupa com regras sintácticas que governam um conjunto de frases independentes ou isoladas, mas sim um conjunto de frases que se combinam entre si de forma a formarem um todo coerente, o texto, mas também se preocupam com a semântica, na medida em que se dá pertinência as relações estabelecidas entre as diferentes frases seja em termos de relações coesivas, seja em termos de relações oracionais. Contudo, esta abordagem não toma em conta o carácter funcional da língua. Portanto, a abordagem que pretendemos levar a cabo nesta secção tem a ver com a funcionalidade da língua num acto comunicativo, isto é, ela preocupa-se em saber como é que as pessoas usam a língua. A sua maior preocupação é o discurso e é neste âmbito que se interessa pelos efeitos que certos enunciados provocam em certos contextos, sob condições diversas, tendo em conta, principalmente, a intenção do produtor desses enunciados. Um dos estudiosos que deu uma contribuição importante na área ou campo de discurso foi van Dijk. van Dijk (1977), na sua abordagem sobre o discurso, salienta a importância da pragmática para a formulação ou construção de enunciados correctos. Isto porque "as estruturas discursivas não podem ser completamente compreendidas só nos habituais níveis gramaticais da morfologia, sintaxe

e semântica”. Por isso ele formulou o nível da pragmática enfatizando a sua importância nos seguintes termos: “as nossas maiores reivindicações são que uma teoria completa do discurso não pode ser adequada sem uma componente pragmática, e que, inversamente, uma pragmática séria deve explicar a função dos enunciados com estrutura textual subjacente” (van Dijk, 1981:1). Ele observa que a reconstrução teórica de enunciados a nível da forma e significado deve ser complementado por um terceiro nível, o nível da pragmática, que vai conferir elementos que farão possível a reconstrução de convenções que tornam os enunciados aceitáveis, com respeito ao seu contexto comunicativo. Isto significa que a pragmática deve ser incorporada ao nível da gramática ou pelo menos ser com ela relacionada de modo que essa mesma gramática possa explicar não só a habilidade de construir declarações correctas, como também a habilidade de usar tais declarações adequadamente numa situação comunicativa, isto se se considerar que o escrevente no acto de escrever tenta de todas as formas ser compreendido pelo leitor na medida em que ele usa ou faz saber que partilha conhecimentos com o leitor. Assim, “as regras pragmáticas, que são também convencionais e portanto conhecidas pelos usuários da língua de uma comunidade de discurso, determinam o uso sistemático dos enunciados” (ibid:2). Deve-se salientar, ainda, que a reconstrução dessas declarações deve ser em termos de unidades maiores que a frase, isto é o texto. Este facto é pertinente se se tiver em consideração o facto de muitas teorias linguísticas tomarem a frase como a máxima unidade de descrição ou análise, seja a um nível morfossintáctico, seja a um nível semântico de análise. Portanto, a análise que se pretende a um nível pragmático de descrição é aquela que levará em consideração sequências de frases que se relacionam entre si em termos de sentido, isto é, em que o significado de uma frase depende do



significado da outra formando um todo coerente, o texto. Salientou-se acima que o interesse numa abordagem sincrónica era de ver como é que a língua é usada numa situação comunicativa. Numa situação de comunicação existem pelo menos dois agentes, o emissor e o receptor, que, de uma forma convencionada, interagem socialmente. Assim, pode-se afirmar que os dois agentes, emissor/receptor, realizam um acto social quando constróem um enunciado, ou seja, realizam um acto de fala. Este facto está patente no pensamento de Searle (1969:16) ao afirmar que "(...) toda a comunicação linguística envolve actos linguísticos. A unidade da comunicação linguística não é, como tem sido geralmente suposto, o símbolo, a palavra, ou a frase ou mesmo a ocorrência do símbolo, palavra ou frase, mas sim a produção ou emissão do símbolo, ou palavra ou frase na realização do acto de fala". Isto significa que não comunicamos por meio de sinais, mas sim por meio da realização dos actos de fala através da produção desses mesmos sinais. Contudo, como van Dijk (1977) observa, existe uma longa distância entre a produção de uma proposição, por um lado, e a realização de um complexo acto social, por outro lado. Entretanto, isto não significa que ao expressarmos uma proposição não realizamos um acto de fala, mas significa que não se pode somente expressar uma proposição enquanto nada se faz, ou seja, não se realiza um acto de fala (Searle, 1969). Portanto, actos preposicionais não podem ocorrer isoladamente, "assim (...) a produção de sons ou símbolos e a realização de um acto ilocucionário [acto de fala] parecem co-ocorrer" (ibid:195). Uma vez que, correctamente, se defende que a expressão de um enunciado vem acompanhado da execução de um acto de fala, parece ser pertinente fazer referência ao estudo levado a cabo por Austin (1962). Este observou que um falante na produção de um enunciado pode realizar três actos simultaneamente, nomeadamente acto locutório,

que é o acto de dizer algo no sentido completo de dizer; acto ilocutório, que é o acto executado ao dizer-se algo, este acto é identificado pelo performativo explícito; e o acto perlocutório, o acto executado pelo ou como resultado de dizer algo. Pode-se notar que a interpretação de um acto locucionário está ligada ao significado, enquanto a interpretação de um acto ilocucionário tem a ver com força. Deste modo, podemos concluir que “falar uma língua é executar um acto de fala, actos como fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas, etc., e num domínio mais abstracto, actos como referir e predicar. Em segundo lugar, estes actos são, em geral, possíveis graças a certas regras para o uso de elementos linguísticos e é em conformidade com elas que eles se realizam” (Searle, 1981:26). Concordando com o que acaba de ser dito, uma pergunta assevera-se importante. Como é que podemos saber, uma vez que ‘falar uma língua é executar actos de fala’, que os mesmos foram executados? A resposta para esta questão parece residir na dicotomia estabelecida por Austin (op.cit.) no concernente ao acto de fala performativo, onde o subdivide em performativo explícito e performativo implícito, assim como na ideia de Searle sobre o dispositivo indicador da força ilocutória (IFID) versus actos de fala indirecto.

## CAPÍTULO III

### METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste ponto, descreve-se a forma como foi constituído os corpora do trabalho, concretamente os critérios usados para a sua recolha e caracterização/classificação das categorias constantes nas frases.

#### 3. Critérios de Recolha

O presente estudo fundamentou-se num conjunto de frases extraídas de dissertações de Linguística elaboradas por estudantes da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane (curso de Linguística). Para o efeito, foram sete (07) teses e foi com base nelas que as categorias de Predição mencionadas neste trabalho foram identificadas. Deve-se salientar, no que respeita às dissertações, que a sua selecção não obedeceu a algum critério extra-linguístico. Elas foram seleccionadas de modo aleatório, uma vez que apenas se pretendia analisar os textos numa perspectiva linguística.

Após a recolha dos dados, a principal tarefa consistiu na identificação das categorias e sua classificação, obedecendo aos critérios necessários para tal. Em seguida, agrupou-se as mesmas segundo a sua classificação. Ou seja, cada categoria encontrada nas dissertações, quando fosse da mesma natureza, eram agrupadas em conjunto. Por exemplo, se nas sete teses existissem frases que correspondessem à categoria *Enumeração*, então elas eram agrupadas formando, deste modo, o corpus da categoria *Enumeração*.

### 3.1. As Categorias nos Corpora

De acordo com a nossa perspectiva, o fenómeno da *Predição* não é algo descontínuo ou esporádico, mas sim fundamental, na medida em que o escrevente tem noção dos sinais que usa para comunicar ou interagir com o leitor. Ele estrutura o seu discurso de tal forma que este dependa fundamentalmente da *Predição*.

Dos corpora foram extraídas quatro (04) categorias. Elas são as seguintes:

\*Categoria I – *Enumeração*

\*Categoria II – *Rotulação Antecipada*

\*Categoria III – *Recapitulação*

\*Categoria IV – *Relato*

### 3.2. Apresentação dos Exemplos

Em relação às frases que constituem os corpora, referiu-se que as mesmas foram extraídas de diversas fontes, isto é, dissertações. Sendo assim, considerou-se a necessidade de se apresentar as frases, como se pode ver nos anexos, junto com os dados relevantes da fonte (autor, data, página).

Deste modo, os exemplos que sustentaram os argumentos obedeceram às seguintes condições:

1. Todos os exemplos constam do anexo 1 a 4, dependendo da categoria a que pertencem;
2. os exemplos estão consecutivamente enumerados para cada capítulo, isto é, se num dado capítulo existem 10 exemplos, então eles serão enumerados de 1 a 10;
3. a página da fonte onde os exemplos foram extraídos é dada depois do número do exemplo. Assim, Exemplo1. p5 significa que o exemplo 1 foi extraído da página

5. Entretanto, os exemplos não portam a informação do autor nem do ano da obra. Esta informação só pode ser encontrada nos anexos. Quer isto dizer que, se o Exemplo1. p5 pertence à categoria *Enumeração*, então se deve recorrer ao anexo respeitante a essa categoria para se extrair tal informação;
4. Os sinais V e D são usados para se referirem aos membros preditivo e predito, respectivamente;
5. Os sinais que indicam a natureza dos elementos da estrutura são:
- Pré-n    pré-núcleo
- N        núcleo
- Pós-n    pós-núcleo
6. A enumeração do membro V nos exemplos não tem alguma implicação estrutural. V1 refere-se ao primeiro V no exemplo, e V2 a segunda ocorrência do membro V. O membro D de um par irá transportar o mesmo número do membro V, cuja predição ele concretiza;
7. A reiteração dos membros é indicada por numeração romana depois de V ou D;
8. Os núcleos repetidos são indicados do seguinte modo:

Na

Nb

Nc

### 3. 3. Predição

A noção central da qual se baseia esta análise de discurso, primeiramente adoptada por Tadros, é a noção de *Predição*. Ela fundamenta-se no pressuposto de que certos sinais predizem a ocorrência de certos eventos linguísticos. Todavia, esses sinais não são

esporádicos ou apenas ocasionais, eles são conscientemente usados pelo escrevente como forma de estruturar o seu discurso e, acima de tudo, como forma de interagir com o leitor. Assim, nos capítulos que se seguem procuraremos ver as diferentes categorias que a noção de *Predição* encerra em si. Contudo, neste trabalho o nosso enfoque recairá sobre quatro (04) categorias constantes nos corpora.

## CAPÍTULO IV

### CATEGORIA *ENUMERAÇÃO*

“Enumeração é uma categoria da Predição em que o membro V do par prediz a necessidade de mais do que um membro D. Isto acontece porque o núcleo do membro V é portador de um sinal que obriga o escrevente a enumerar, e é desnecessário dizer que a Enumeração envolve mais do que um item” (Tadros, 1981:143).

A autora supracitada apresenta, em relação à categoria, alguns termos que são necessários. Estes são:

1. O Numeral – este tem a ver com números, e pode ser exacto (um, dois, três...) ou inexacto (um número de, cerca de...);

2. Enumeráveis e Substantivos de Conjunto Aberto (Open Set Nouns);

Tadros (op.cit) usa estes termos para se referir a dois grupos de substantivos que precisam de ser distinguidos por causa da importância da distinção para a *Predição*.

Assim, o grupo ‘Enumerável’ compreende aquilo que se poderia chamar substantivos ‘subtécnicos’ (por exemplo vantagens, funções, razões, aspectos) e substantivos de auto-referência discursiva’ (discourse self-reference), por exemplo definições, exemplos, ilustrações. Os referentes destes substantivos são textuais em primeira instância, sendo que não se relacionam com o mundo real em primeira instância.

Os ‘Substantivos de Conjunto Aberto’ relacionam-se em primeira instância com o mundo real e não com o texto.

3. Itens Sequenciais – que indicam ordem, seja de tempo, seja de lugar no texto.

Estes incluem:

- a) em primeiro lugar, em segundo lugar...

- b) por último, finalmente...
  - c) um, próximo, em seguida, também, outro ...
  - d) numeração romana: i, ii, iii...
  - e) letras do alfabeto: a, b, c...
4. Dado e Novo – estes dois termos são extensivamente abordados na literatura. Eles referem-se à organização da informação em termos de estruturas oracionais, ou seja, parte-se do pressuposto que uma unidade de informação é de forma estrutural constituída por dois elementos, em que um é obrigatório – novo – e o outro é opcional – dado. O elemento novo funciona como introdutor do discurso, enquanto o elemento dado refere-se a algo já apresentado ou introduzido no contexto precedente, ou seja, tem a ver com a recuperabilidade da informação. Em suma, os conceitos novo/dado se relacionam de forma interactiva no discurso de modo a organizarem-no sob o que se denomina estrutura de informação.
5. Anafórico e Catafórico.

Tadros apresenta os seguintes critérios para que uma frase seja classificada como membro V da *Enumeração*:

1. onde a estrutura tenha:
  - a) um verbo que exige um complemento e um sujeito no plural, em que a estrutura incompleta é seguida por dois pontos;
  - ou b) uma oração livre seguida por um elemento vinculativo da oração (*clause binder*);



2. onde uma frase inclui um item de referência textual catafórica de lugar tal como 'os seguintes' ou 'como se seguem' e estes estão em associação com um substantivo no plural.
3. onde uma frase inclui um nominal do grupo designado 'Enumerável', em que ele mesmo inclui um numeral exacto ou inexacto, em que a informação transmitida é apresentada como nova para o contexto.

Deve-se realçar, no que respeita aos critérios referenciados acima, que cada um deles é *per se*, simultaneamente, condição necessária e suficiente para que uma frase seja classificada como membro V da *Enumeração*. À luz das frases constantes no nosso corpus, vejamos a seguir como esta categoria se manifesta.

Exemplo 7, p.30

O verbo no emakhuwa, tal como acontece com a generalidade das línguas Bantu, consiste fundamentalmente de três partes:

Nesta frase pode-se notar a existência de um numeral (3) e um substantivo pertencente à classe dos enumeráveis (partes). Este substantivo é modificado pelo numeral. Se se olhar atentamente para o exemplo dado, pode-se concluir que ela se ajusta perfeitamente ao critério número 3, isto é, ele é isolado à luz desse critério 3. Este facto vem realçar o facto de um critério, como acima se referenciou, poder por si só pertencer a esta categoria, sem que ocorram os restantes. Entretanto, tão importante como a existência de um numeral, seja exacto ou não, é o facto de a informação ser apresentada como nova para o contexto. Isto significa que, se a informação for apresentada como dada para o contexto, não haverá compromisso algum por parte do escrevente para enumerar. Veja-se, então, outros tipos de estrutura.

Exemplo3, p.17

De acordo com Mateus et al 1987:97 pode-se deduzir as seguintes definições sobre o aspecto:

Este exemplo tem características diferentes do exemplo acima indicado. Veja-se, deste modo, de que forma eles se diferem.

No exemplo acima existe um numeral (3) e um substantivo enumerável, ao passo que neste não existe qualquer tipo de numeral, exacto ou inexacto. Contudo, este facto não impede que esta frase pertença à categoria *Enumeração*. O que permite que a frase pertença a esta categoria é a existência de um elemento de referência textual catafórica.

Veja-se a seguir uma frase em que ocorre um numeral.

Exemplo10, p.17

Após a proclamação da independência nacional em 1975, o português é definitivamente consagrado constitucionalmente língua oficial de Moçambique e lhe são reservadas exclusivamente as três funções seguintes:

Este exemplo, ao contrário do anterior, possui um elemento da classe dos numerais. Entretanto, ambos se assemelham pelo simples facto de possuírem um item de referência catafórica. Pode-se concluir, assim, que a ocorrência de um numeral não é critério determinante, mas sim, como se disse, o elemento de referência catafórica associado a um substantivo no plural, como os exemplos mostram.

Em relação ao tipo de estruturas que esta categoria pode possuir, uma vez que elas podem ser de natureza diferente, como os exemplos mostraram, Tadros (op.cit) estabeleceu a existência de três tipos de *Enumeração*:

- 1) *Enumeração* do tipo (a) – este tipo é isolado no primeiro critério. O sinal desta estrutura são os dois pontos que são seguidos por uma estrutura incompleta cujo

verbo pede um sujeito e um complemento no plural. Entretanto, nas frases constantes no corpus nenhuma pertence a este tipo.

- 2) *Enumeração* do tipo (b) – esta é isolada no critério 2 e, diferentemente do tipo (a), a sua estrutura é completa. Todavia, em ambos os tipos os dois pontos são um elemento crucial.
- 3) *Enumeração* do tipo (c) – este tipo de *Enumeração* é isolada à luz do critério 3. Neste tipo de *Enumeração* os dois pontos não são cruciais, embora eles possam ocorrer. Posto isso, procurar-se-á discutir os dados à luz das frases constantes no nosso corpus, isto é à luz da *Enumeração* do tipo (b) e (c).

#### 4. *Enumeração* do tipo (b)

Retome-se os exemplos 3 e 10 acima apresentados, uma vez que ambos pelas suas características são isoladas à luz do critério 2, que se fez referência acima. Podemos verificar que ambos possuem uma estrutura completa, mas isto não impede que os dois pontos ocorram. Neste caso eles não são opcionais ou por outra eles não são dispensáveis.

Viu-se no capítulo respeitante à introdução que o membro preditivo possui uma estrutura interna que se pode representar da seguinte maneira:

Pré-n                      N                      Pós-n

Como se pode ver, esta estrutura, na sua forma básica, possui dois elementos opcionais.

Opcionais porque a sua ocorrência não é determinada pelo núcleo da frase (N).

Todavia, observando a estrutura interna da *Enumeração* do tipo (b), pode-se notar que esta estrutura é alterada. De que forma?

Afirmou-se acima, citando Tadros, que este tipo de *Enumeração* possui uma estrutura sintáctica completa, o que não exclui a possibilidade de ocorrência dos dois pontos que são um elemento crucial. Os dois pontos dão a indicação de que o membro predito virá logo a seguir, isto é, eles bloqueiam a ocorrência de qualquer elemento na posição pós-núcleo. Assim, a estrutura interna da *Enumeração* do tipo (b) terá a seguinte forma:

Pré-n                      N

De tal forma que não pode ocorrer a seguinte estrutura:

\*Após a proclamação da independência nacional em 1975, o português é definitivamente consagrado constitucionalmente língua oficial de Moçambique e lhe são reservadas exclusivamente as três funções seguintes: Esta situação pode ser considerada também a declaração oficial do chamado bilinguismo vertical e de uma política do tipo exoglóssica prevalecentes em Moçambique.

Se numa estrutura como esta não houvesse os dois pontos, mas sim um ponto final ou parênteses, em termos estruturais, era possível inserir este comentário (pós-núcleo) entre o membro preditivo V e o membro predito D. Esta situação demonstra, por um lado, que em relação ao membro preditivo os dois pontos não aceitam ou simplesmente bloqueiam a ocorrência do pós-núcleo e, por outro lado, em relação ao membro predito, impede a ocorrência do pré-núcleo.

#### 4.1. *Enumeração* do tipo (c)

A estrutura interna deste tipo de *Enumeração* permite a ocorrência de certas estruturas não possíveis noutros tipos de *Enumeração*. De forma análoga a estrutura do tipo (b), os dois pontos também ocorrem, contudo, aqui eles não são cruciais. O que é importante aqui realçar é a importância da ocorrência de um numeral, seja exacto ou não, modificando um substantivo que antes de mais deve pertencer à classe dos enumeráveis. Contudo, com os dados que se possui não é possível demonstrar o quão este tipo de

*Enumeração* é flexível, uma vez que as frases constantes no nosso corpus apresentam sempre os dois pontos. E, nestes casos, a ocorrência do pós-núcleo e a possibilidade de repetição do núcleo são bloqueadas. Uma vez já discutidos os constrangimentos estruturais subjacentes aos diferentes tipos de membros V da categoria *Enumeração*, assevera-se importante ilustrar os dois tipos de *Enumeração* aqui tratados, em termos de estrutura interna.

Nº de exemplo	Página	Tipo de V	Pré-n	N	Pós-n
10	17	b		Após a proclamação da independência nacional em 1975, o português é definitivamente consagrado constitucionalmente língua oficial de Moçambique e lhe são reservadas exclusivamente as três funções seguintes:	
13	3-4			Quando nos propusemos tratar deste tema sentimo-nos convencidos de que o nosso estudo poderá dar as seguintes contribuições:	
4	17	c	Nas definições sobre o aspecto transparece a ideia de que o conceito de aspecto serve para dar conta daquilo que não cabe na interpretação do tempo...	Assim, no emakhuwa distinguimos três sentidos de aspectos no presente do indicativo nomeadamente:	
12	17			Na disciplina de Português os testes foram feitos respeitando também quatro parâmetros, nomeadamente:	

#### 4.2. O membro D da Enumeração

Uma vez discutidos os dois tipos de membros V que constituem o nosso corpus, bem como o que diz respeito à sua estrutura interna, procurar-se-á a seguir abordar nesta parte do trabalho a natureza do membro D. Este membro tem a função de materializar ou satisfazer a predição estabelecida pelo membro V. Como se afirmou anteriormente, existem alguns elementos que nos permitem reconhecer o membro predito, neste caso designado D. Veja-se, então, à luz dos exemplos abaixo expostos quais são esses elementos.

##### Exemplo nº 10, pág.17

V1                    Após a proclamação da independência nacional em 1975, o português é definitivamente consagrado constitucionalmente língua oficial de Moçambique e lhe são reservadas exclusivamente as três funções seguintes:

- D1i            (i)    Língua de unidade nacional;
- D1ii          (ii)   Língua de comunicação;
- D1iii        (iii)  Língua de ensino.

Neste exemplo, vê-se que em todos os núcleos do membro D existe o mesmo tipo de itens sequenciais, isto é, o mesmo tipo de numeral. Observando a sua estrutura, pode-se ver que eles são também semelhantes – são realizados por orações incompletas. Cada núcleo do membro D estabelece uma relação particular com o núcleo do membro V, sem descurar da relação semântica que existe entre eles. Cada um dos elementos do membro D possui uma função que consagra a língua portuguesa como língua oficial de Moçambique.

##### Exemplo 11, pág. 17

V1                    Os dados que acabamos de fornecer permitem esboçar três conclusões sobre o papel do português e das línguas moçambicanas na história da educação em Moçambique:

- D1i (1) em todo o processo do desenvolvimento do ensino em Moçambique ao português relativamente às línguas Bantu, coube sempre um estatuto privilegiado;
- D1ii (ii) durante e a pós a sublevação anti-colonial (1964) o português foi sempre considerado um dos elementos, se não mesmo o único, aglutinador dos moçambicanos, por oposição às línguas Bantu vistas como nocivas à unidade nacional;
- D1iii (iii) o desenvolvimento e uso das línguas bantu no ensino nunca teve qualquer expressão significativa, tendo-se-lhes reservado, quanto muito, o mero papel de instrumento facilitador da aprendizagem do português.

Neste exemplo, os três núcleos são semelhantes na medida que são realizados por orações completas. Eles possuem, ainda, o mesmo tipo de elementos sequenciais. Aqui pode-se ver que os núcleos do membro D mantêm entre si uma relação de coordenação, mas de subordinação em relação ao membro V.

Em relação à categoria *Enumeração*, podemos reter o facto de os núcleos manterem dois tipos de relação – coordenação, quando entre os núcleos do membro D, e subordinação, quando entre núcleos deste membro e o membro V. Finalmente, os núcleos do membro D devem possuir as mesmas características no que respeita aos itens sequenciais. Isto é, se o primeiro núcleo possui (i) antes dele, por conseguinte, o segundo deve possuir (ii) e não (b). Deve-se salientar que, de acordo com as frases constantes no corpus, existem outras formas, que não as citadas, que permitem identificar o membro D. Vejam-se os seguintes exemplos:

exemplo 15, pág.52

- V1 Para a eliciação de dados foram efectuados dois tipos de testes.
- D1i Um teste de Aritmética
- D1ii e outro de Ciências Naturais.

Como se pode ver, neste exemplo não é possível descortinar elemento algum relacionado com numerais, sejam eles exactos ou não. Contudo, ele possui elementos que nos dão a ideia

de sequência, são os sinais sequenciais. Esses sinais de acordo com o exemplo são **um e outro**. O primeiro marca o núcleo inicial do membro D e o segundo sinal marca o núcleo não inicial na sequência. Ambos os núcleos são ligados pela conjunção 'e'. Um outro mecanismo que nos permite identificar o membro D tem a ver com os dispositivos de coesão, que relaciona os núcleos do membro D com o núcleo do membro V. Veja-se o seguinte exemplo.

Exemplo 3, pág. 17

- VI De acordo com Mateus et al 1987:97 pode-se deduzir as seguintes definições sobre o aspecto:
- D1i -Aspecto habitual liga o verbo a noção de duração da acção, uma acção que geralmente acontece;
- D1ii -Aspecto pontual, a acção expressa pelo verbo ocorre em simultâneo ao momento da fala.
- D1iii -Aspecto frequentativo, quando o sentido a dar ao verbo é de acção que ocorre repetidas vezes.

Debruçando sobre este exemplo, pode-se ver que o núcleo do membro D não possui algum item sequencial, nem outro sinal que dê a ideia de sequência. Apesar de a frase possuir travessões, estes não dão a ideia de sequência, nem determinam que se trata de *Enumeração*. Entretanto, dois aspectos concorrem para se afirmar que o que vem a seguir ao núcleo do membro V será um membro D. Por um lado, temos os dois pontos que, como já se viu, tanto bloqueiam a ocorrência do pós-núcleo do membro V, como a ocorrência do pré-núcleo do membro D, facto que permite determinar que o material seguinte é um membro D. Por outro lado, tem-se a palavra aspecto que ocorre no núcleo do membro V e é reiterado em todos os núcleos do membro D. Aqui, estamos perante um caso de repetição lexical.

**4.2.1. Estrutura interna do membro D da *Enumeração***



Uma das características da *Enumeração* é a necessidade de predizer mais do que um membro D. Viu-se a dado passo que existem dois tipos de numerais – exacto e inexacto – que modificam certo tipo de substantivos designados, por isso, **Enumeráveis**. Assim, os membros D devem relacionar-se com o numeral dado no membro V somente se se tratar de um numeral exacto. Portanto, se o escrevente diz:

Exemplo 12, pág. 38

V1 Na disciplina de Português os testes foram feitos respeitando também quatro parâmetros, nomeadamente:

Então, quatro (04) parâmetros devem ser apresentados a seguir no membro D. Logo,

- Dli (1) Gramática,
- Dlii (2) Redacção de frases,
- Dliiii (3) Compreensão escrita,
- Dliv (4) e Ortografia.

Contudo, tratando-se do caso em que ocorre um numeral inexacto no membro V, existe a possibilidade de qualquer número de D's vir a ocorrer. Isto é, não se pode por antecipação dizer quantos membros D irão ocorrer. Assim:

V1 Na disciplina de Português os testes foram feitos respeitando também a um número de parâmetros, nomeadamente:

Não diz quantos membros D virão a seguir, mas existe a possibilidade de se prever que irá ocorrer mais do que um. Isto significa que existe a possibilidade de ocorrer qualquer número de D's, desde que seja superior a um, que satisfaçam a predição, ou seja, que sejam compatíveis em termos de sentido com o membro V. Neste caso os membros D podem ser:

- Dli (1) Gramática,
- Dlii (2) Redacção de frases,
- Dliii (3) Compreensão escrita.

(ex. 13 – alterado)

Como se pode notar à luz dos exemplos, o escrevente ao estabelecer um número exacto de coisas a enumerar compromete-se a apresentar a totalidade desse número no membro D. No entanto, o uso de um numeral não-exacto, alivia ou, simplesmente, reduz o cometimento do escrevente para o número de D's a apresentar, na medida em que qualquer número de D's, diferente de um, pode ocorrer para satisfazer a predição.

Veja-se, então, uma amostra da estrutura interna do membro D, apresentado em conjunto com o membro V, para uma melhor compreensão.

Exemplo 4, pág. 17

Classe do membro	Pré-n	N	Pós-n
V1	(1) Nas definições sobre o aspecto transparece a ideia de que o conceito de aspecto serve para dar conta daquilo que não cabe na interpretação do tempo...	(2) Assim, no emak-huwa distinguimos três sentidos de aspectos no presente do indicativo no meadamente:	
D1i D1ii D1iii		(3) - Aspecto pontual:  (5) - Aspecto habitual: (7) - Aspecto frequente:	(4) A acção é simultânea ao momento de enunciação.  (6) A acção ocorre com certa regularidade.  (8) A acção ocorre repetidas vezes.

Exemplo 15, pág. 52

Classe do membro	Pré-n	N	Pós-n
V1		1) Para a elicitação de dados foram efectuados dois tipos de testes.	
D1i  D1ii		(2) Um teste de Aritmética  e  (3) outro de Ciências Naturais.	(4) O teste de Aritmética consistiu em dez perguntas essencialmente para a avaliação da assimilação de conceitos de recta e perpendicular. (5) O teste de Ciências Naturais foi baseado em oito perguntas de tipo de escolha múltipla, para a avaliação do conceito de rio, seus elementos constituintes, utilidade e importância.

Exemplo 11, pág 1

Classe do membro	Pré-n	N	Pós-n
V1		1) Os dados que acabamos de fornecer permitem esboçar três conclusões sobre o papel do português e das línguas moçambicanas na história da educação em Moçambique:	
D1i		2) (i) em todo o processo de desenvolvimento do ensino em Moçambique ao português relativamente às línguas Bantu, coube sempre um estatuto privilegiado;	5) Uma das implicações imediatas desta política linguístico-educacional em que a língua de ensino não é a língua materna da maioria do moçambicanos é que muitas crianças antes ou durante a aprendizagem, tenham de dominar e manipular uma língua (o Português) que lhes não é familiar, por forma a conseguir níveis que lhes permitam tirar maior proveito do ensino posterior de e/ou nesta língua, sobre tudo a nível cognitivo.
D1ii	(3)(ii) durante e após a sublevação anticolonial (1964) o português foi sempre considerado um dos elementos, se não mesmo o único, aglutinador dos moçambicanos, por oposição às línguas Bantu vistas como nocivas à unidade nacional;		
D1iii	3) (iii) o desenvolvimento e uso das línguas bantu no ensino nunca teve qualquer expressão significativa, tendo-se-lhes reservado, quanto muito, o mero papel de instrumento facilitador da aprendizagem do português.		

4.3. Comentários dos exemplos

O exemplo (4) possui três membros D como sendo preditos pelo membro V. Este exemplo ilustra o caso em que existem 3 membros D que não possuem algum sinal sequencial, embora existam outros sinais que não passam despercebidos. Cada núcleo é seguido por um pós-núcleo. Então, tendo em conta que o referido exemplo não possui

algum sinal sequencial, e possuindo uma porção de texto que se designa pós-n, o que é que determina o início do membro D? Se se reparar no núcleo do membro V, vê-se que o mesmo apresenta a palavra **aspecto** que é reiterado em todos os núcleos do membro D. Este aspecto – repetição lexical – aliado ao facto de o membro V terminar com dois pontos é fundamental na identificação do membro D.

O exemplo 11, como o anterior, possui 3 membros D. Contudo, neste caso existem sinais sequenciais que permitem identificar o membro D. Os núcleos dos membros D são constituídos por orações completas. Cada núcleo do membro D apresenta uma conclusão sobre o papel da língua portuguesa e das línguas moçambicanas na história da educação em Moçambique. Deste modo, em D1i conclui-se que ao português relativamente às línguas bantu “coube sempre um estatuto privilegiado”; em D1ii conclui-se que “o português foi sempre considerado um dos elementos, se não mesmo único, aglutinador dos moçambicanos”; finalmente em D1iii conclui-se que o “desenvolvimento das línguas bantu no ensino não teve qualquer expressão significativa...”. A seguir aos núcleos dos membros D, apresenta-se uma porção de texto – pós-núcleo – que faz um comentário sobre a política linguístico-educacional adoptada em Moçambique.

#### 4.4. CONCLUSÃO

Neste capítulo, descreve-se uma categoria da predição designada *Enumeração*. Viu-se que esta categoria possuía três tipos de estrutura, embora se tenha debruçado apenas na descrição de duas, respectivamente tipo (b) e (c). Para esta categoria, é necessário ter em conta dois tipos de substantivo, a saber: enumeráveis e substantivo de conjunto aberto. Enquanto os enumeráveis comprometem o escrevente a enumerar, os substantivo de conjunto aberto não o fazem, isto porque aqueles têm a sua referência em primeira

instância dentro do texto. Esta dicotomia é similar a apresentada por Winter (1977) entre as 'Palavras de sistema aberto' e 'Palavras do vocabulário 3'. O primeiro visa "directamente o mundo", enquanto o segundo refere-se "às palavras de sistema aberto dentro do discurso".

## CAPÍTULO V

### CATEGORIA *ROTULAÇÃO ANTECIPADA*

De acordo com Tadros (op.cit) *Rotulação Antecipada* é um termo usado para se referir a categoria de Predição em que o escrevente rotula o acto que vai executar no discurso. Porém, ele não se limita apenas a rotular o acto que vai executar, mas fazendo isso ele compromete-se à execução do acto rotulado. Isto, em outras palavras, significa que, no plano do discurso que o escrevente desenvolve, e tendo em conta o carácter interactivo de um texto escrito, ele diz algo que posteriormente vai executar. Por exemplo, o escrevente pode dizer que vai mostrar algo por meio de uma tabela, então a seguir ele deve dar a conhecer essa tabela.

Tadros apresenta cinco critérios que são necessários para que uma frase pertença a esta categoria. Contudo, nenhum dos cinco critérios é *per se* suficiente para qualificar uma frase como pertencente a esta categoria, ou seja, todos os cinco critérios devem ser considerados em conjunto. A seguir passa-se a citar os critérios por ela apresentados.

1. A frase tem que conter a rotulação de um acto.
2. O acto tem que ser um acto de discurso e não um acto cuja execução tem lugar fora do texto.
3. A rotulação do acto tem que ser dada em antecipação. Isto é, a materialização do acto vem depois da rotulação e não antes.
4. O papel do actor não está assinalado em qualquer lugar e, portanto, permanece como do escrevente.
5. A rotulação do acto tem que ser numa frase diferente da sua execução.

Posto isso, veja-se a seguir, à luz das frases constantes no nosso corpus, a natureza desta categoria.

Exemplo 2, p.5

V A título de exemplo, os nossos informantes também utilizam verbos como *confessar*, *referir*, *exigir*, etc. que seleccionam complementos oracionais, veja-se a seguinte frase: X

Este exemplo ilustra a categoria sobre a qual se debruça esta secção. Pode-se ver a partir do sinal que a frase carrega, “veja-se a seguinte frase”, que esta leva a olhar para um lugar distante de onde o sinal ocorre, ou seja, leva-nos a olhar para a frente, para a frase seguinte, onde de facto e certamente encontrar-se-á o acto predito pelo escrevente na frase precedente.

A rotulação antecipada (*advance labelling*) compromete o escrevente a produzir o acto rotulado e ao mesmo tempo permite que o leitor esteja consciente ou de sobreaviso em relação ao que o escrevente está a fazer. Isto significa que a rotulação antecipada deixa claro para o leitor o que é que o escrevente vai fazer a seguir, de tal forma que os eventos não lhe passam despercebidos. K

O modelo proposto por Tadros diz que o sinal da rotulação antecipada se situa no núcleo do membro V. Ele diz para se olhar para longe da frase em que ocorre e adiante para o texto que se segue, isto é, o membro predito. Assim, se o escrevente diz: “...veja-se a seguinte frase”, conclui-se através do sinal que o acto predito será de se apresentar uma frase, que não vai ocorrer na mesma frase em que a rotulação ocorreu.

Tadros apresenta uma tipologia desta categoria, em que afirma que existem três tipos de estrutura (V), ou membros preditivos, para esta categoria. Deste modo e de acordo com a



mesma tipologia, a primeira estrutura é denominada do tipo (a). Neste caso, o acto rotulado é realizado por um texto linear, embora a sua ocorrência não restrinja a ocorrência de um texto não-linear. Todavia, a ocorrência deste tipo de texto não é predito no contexto precedente. A segunda estrutura é do tipo (b), em que se rotula um acto que terá uma realização não-linear no membro predito. A terceira estrutura é do tipo (c), onde se prediz, simultaneamente, a ocorrência de dois actos a serem materializados no membro D, um a seguir ao outro. O primeiro acto é semelhante ao do tipo (b), ou seja, é realizado por um texto não-linear, e o segundo é realizado por um texto linear.

Entretanto, as estruturas do tipo (a) e (c) serão excluídas deste trabalho, uma vez que das frases do corpus não constam estruturas deste tipo. Assim, uma vez que os dados que possuímos apresentam estruturas similares às do tipo (b), cingir-se-á a ela.

#### **5. Tipo (b) de Rotulação Antecipada**

O núcleo do membro V é realizado por uma frase declarativa. O sinal pelo qual reconhece o núcleo é um verbo ou sintagma verbal seleccionado a partir de uma classe limitada de verbos ou sintagmas verbais, sendo estes associados a uma classe limitada de palavras que se referem a um texto não-linear, como sejam diagramas, mapas, tabelas, gráficos, etc.

Afirmou-se a dado passo que no núcleo do membro V há uma indicação de que o acto não ocorreu, mas irá certamente ocorrer. Subjacente a este facto, está a possibilidade de ocorrência de dispositivos que possibilitam reconhecer que o acto rotulado não ocorreu antes da rotulação, mas irá ocorrer após a rotulação.

### 5.1. A estrutura do membro V do tipo (b)

Como se referiu, anteriormente, o núcleo do membro V carrega o sinal que compromete o escrevente a materializar o acto rotulado. Neste tipo de estrutura, o núcleo tem um elemento de referência textual, que tanto pode ser anafórico, como catafórico. Veja-se o seguinte exemplo:

#### Exemplo 6, p.29

V Tendo em conta a variável sexo, 161 frases, o equivalente a 54,6% foram produzidas por informantes do sexo feminino e as restantes 134 frases, o equivalente a 45,4% foram produzidas por informantes o sexo masculino, como ilustra a tabela seguinte:

Este exemplo possui um elemento de referência textual catafórico 'seguinte' que se refere à tabela que será apresentada a seguir. Este elemento associado aos dois pontos diz-nos que a tabela ainda não ocorreu, mas irá, certamente, ocorrer. Ora, veja-se, então, uma amostra deste tipo de estrutura.

Nº de exemplo	Página	Classe do membro	Pré-n	N	Pós-n
1	5	V		Para o propósito do nosso trabalho delimitamos o raio de abrangência para as zonas geográficas indicadas no mapa 2, que inclui grosso modo áreas dos distritos de Mecuburi, Muecati, Mconta, Murrupula, Mogovolas, Ribáué e Lalaua.	
2	5	V		A título de exemplo, os nossos informantes também utilizam verbos como <i>confessar</i> , <i>referir</i> , <i>exigir</i> , etc. que seleccionam complementos oracionais, veja-se a seguinte frase:	
3	26	V	Conforme já mencionámos, os nossos informantes residem em cinco bairros da cidade de Maputo. Assim, os informantes do nível E1 são residentes na sua maioria da zona suburbana, o equivalente a 90%, e os do nível E2 são residentes na sua maioria da zona urbana, o equivalente a 70%.	A tabela I sintetiza estas informações.	
4	27	V		No que diz respeito à faixa etária dos nossos informantes, verificamos que os vinte informantes se distribuem por cinco faixas, designadamente, dos 16-25, 26-35, 36-45, 46-55 e mais de 55 anos, como ilustra a tabela abaixo:	

## 5.2. O membro D do tipo (b)

O membro D deste tipo de estrutura de *Rotulação Antecipada* é facilmente reconhecido, uma vez que o núcleo do membro D é sempre realizado por um texto não linear (gráficos, tabelas, diagramas, esquemas, etc.) e ocorre sem o pré-núcleo. Todavia, a ocorrência do pós-núcleo depende do que vem exposto, em termos de informação, no membro V. Isto significa que, se o núcleo do membro V possui a informação suficiente para a compreensão do núcleo do membro D, então o pós-núcleo de D não irá ocorrer, mas de contrário ocorrerá. Veja-se o exemplo adiante:

### Exemplo 7, p.29

V De uma forma geral, partindo da variável escolaridade, nota-se que os informantes do nível E1 produziram 160 frases, o equivalente a 54,2% contra 135 frases, o equivalente a 45,8% produzidas por informantes do nível E2, como ilustra a tabela seguinte:

D Tabela VI. Distribuição de frases por nível de escolaridade

Número de Frases		TOTAL
E1	E2	
(160/295) 54,2%	(135/295) 45,8%	100%

No exemplo acima não existe algum pós-núcleo no membro D, daí que podemos deduzir que a informação, que provavelmente seria veiculada por esse elemento, terá já sido dada no núcleo do membro V. Noutras palavras, isto significa que o núcleo do membro V não só rotula antecipadamente o acto que irá executar, como também, e de modo explícito, diz que tipo de informação encontrar-se-á na tabela. Assim, o núcleo do membro V diz que se encontrará na tabela:

- a) o n.º de frases produzidas no nível E1 e respectivas percentagens;

b) o n.º de frases produzidas no nível E2 e respectivas percentagens.

Deste modo, para (a), na tabela encontram-se 160 frases, o equivalente a 54,2%, e para (b) 135 frases, o equivalente a 45,8%.

Ainda, pode-se ver que o pós-núcleo de D, que nestes casos funciona como comentário, não é necessário, uma vez que a informação está já patente no núcleo do membro V. Há casos ainda que a informação, que provavelmente serviria de comentário (pós-n de D), ocorre já não no núcleo de V, mas no pré-núcleo de V.

Veja-se o seguinte exemplo:

Exemplo 3, p.26

Pré-n Conforme já mencionámos, os nossos informantes residem em cinco bairros da cidade de Maputo. Assim, os informantes do nível E1 são residentes na sua maioria da zona suburbana, o equivalente a 90%, e os do nível E2 são residentes na sua maioria da zona urbana, o equivalente a 70%.

V A tabela I sintetiza estas informações.

D Tabela I.

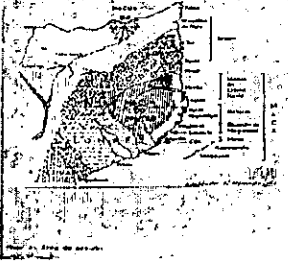
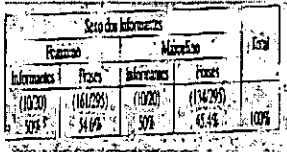
**Distribuição das variáveis sociais escolaridade/profissão por zona de residência dos informantes**

Escolaridade + Profissão	Zona de Residência					AM.	Urbana		Total
	Suburbana				Subtotal		PC	Subtotal	
	CH	MF	MX						
E1 (+ Baixa)	4	3	2	9 (90%)	1	1 (10%)	10 (100%)		
E2 (+ Média)	1	1	1	3 (30%)	4	3 (70%)	10 (100%)		

Como se pode constatar, também neste exemplo não existe um pós-núcleo de D, mas no membro V tem-se um elemento que funciona como pré-núcleo. Não se quer aqui dizer que a ocorrência do pré-núcleo em V bloqueia a ocorrência do pós-núcleo em D. O que

se pretende ilustrar, à luz dos exemplos, é que em termos de informação que serve para a interpretação da tabela ou de uma outra figura, basta que esta esteja localizada num único lugar para excluir a sua ocorrência noutra. Quer-se dizer, em outras palavras, que o pós-núcleo de D ocorre quando a informação adicional para a interpretação do membro D, não ocorreu nem no núcleo de V nem no seu pré-núcleo. É por essa razão que ele não ocorre neste exemplo, já que essa informação já foi dada no pré-núcleo de V.

Veja-se a seguir a estrutura do membro D junto com o elemento preditivo (membro V).

Nº de exemplo	página	Classe do membro	Pré-n	N	Pós-n
1	5	V		Para o propósito do nosso trabalho delimitamos o raio de abrangência para as zonas geográficas indicadas no mapa 2, que inclui grosso modo áreas dos distritos de Mecuburi, Muecati, Meconta, Murrupula, Mogovolas, Ribáué e Lalaua.	
		D			
6	29	V		Tendo em conta a variável sexo, 161 frases, o equivalente a 54,6% foram produzidas por informantes do sexo feminino e as restantes 134 frases, o equivalente a 45,4% foram produzidas por informantes o sexo masculino, como ilustra a tabela seguinte:	
		D		Tabela V. distribuição das frases produzidas de acordo com o sexo dos informantes  	
9	18	V		Considerando uma frase como "O João comprou um doce", pode-se obter a seguinte estrutura:	

		D			<p>Considera-se que o verbo “comprar” (<math>\alpha</math>) = <math>X^0</math> rege o SN “um doce” (<math>\beta</math>), uma vez que estão ambos sob uma projecção máxima (SV = Nó). Igualmente, verifica-se que <math>\alpha</math> c-comanda <math>\beta</math> (“um doce”), uma vez que o Nó SV domina ambos (<math>\alpha</math> e <math>\beta</math>). Quanto ao SN/SU “O João”, considera-se que este é regido pela categoria não lexical FLEX<math>^0</math>. Este não domina o SN, e tanto este último como o núcleo FLEX<math>^0</math> estão sob a projecção de SFLEX.</p>
--	--	---	--	--	--

### 5.3. Comentário dos exemplos

No exemplo 1, o núcleo do membro V não possui alguma porção de texto com a função de pré-núcleo, e isto parece dever-se ao facto de a informação necessária para a interpretação do mapa estar patente no núcleo. Este facto elimina qualquer possibilidade de ocorrência do pré-n, visto que ele não é necessário.

O membro D é realizado pelo mapa nº2. Este, também, não possui algum elemento opcional, como sejam o pré-n e o pós-n, pelas mesmas razões avançadas para o membro V. Assim, pode-se concluir que, neste caso, o núcleo do membro V dá a informação necessária para a interpretação do mapa e este facto dispensa qualquer elemento opcional nos dois membros. Este exemplo dá a indicação de que o acto rotulado ainda não



ocorreu, isto é, a indicação do mapa 2. Mas de que forma? Ou por outra, como se pode saber que esse mapa não está numa página anterior à rotulação do acto?

Se se olhar para o exemplo pode-se notar que, apesar de indicar o tipo de mapa (mapa 2), ele não indica ou não faz referência à página anterior no núcleo do membro V. Isto quer dizer que, se o núcleo do membro que prediz o mapa (tabela, diagrama...) não faz referência à página em que o mapa predito ocorre, então pode-se deduzir, com certeza, que o próximo mapa a ocorrer é o predito.

O exemplo 6 não possui, também, algum elemento opcional. Este exemplo tem características diferentes do anterior, na medida em que usa dispositivos diferentes para indicar que, neste caso, a tabela, ainda, não ocorreu. Se no exemplo anterior a localização do mapa poderia trazer algumas dúvidas para um leitor menos atento, este reduz consideravelmente tal dúvida. De que forma? Simplesmente pelo uso do item de referência textual catafórica 'seguinte' aliado aos dois pontos. Este elemento de referência catafórica dá a informação da ocorrência da tabela mais adiante, num lugar diferente de onde o sinal de predição ocorre. A expressão "...como ilustra a tabela seguinte: ", uma vez que ocorre no núcleo do membro V, dá a indicação de que a informação necessária para a interpretação da tabela a ser apresentada consta nesse mesmo núcleo. Isto porque a informação a ser apresentada na tabela é reflexo da informação patente no núcleo do membro V. Este facto faz com que a tabela ocorra sem pós-n.

O exemplo 9 não possui alguma porção de texto a anteceder o núcleo do membro V, isto é, não possui pré-n. Contudo, o membro D possui uma porção de texto designado pós-

núcleo que funciona como comentário do núcleo do membro D. Esta porção de texto visa conferir uma informação adicional para a interpretação do núcleo do membro D.

À luz dos exemplos até aqui vistos, viu-se que a não ocorrência do pós-n em D tinha a ver com o facto de a informação estar disponível ou no pré-n ou no núcleo de V. No caso deste exemplo, ocorre o inverso, ou seja, o pós-n de D ocorre devido ao facto de a informação para a interpretação do núcleo de D não estar disponível no membro V. Ora veja-se, o núcleo do membro D é realizado por uma estrutura comumente designada por árvore. Porém, ela não é de fácil interpretação, uma vez que se fica sem saber o porquê dela, ou o que ela pretende mostrar ou ainda o que é que significa. As respostas a estas questões são respondidas no texto seguinte, ou seja, no pós-n. Esta porção de texto não só diz sobre o que é visível, como também dá subsídios, em termos de informação, para a interpretação da árvore, para além do que é visível.

#### **5.4. Conclusão**

Neste capítulo debruçou-se sobre a categoria de Predição designada *Rotulação Avançada* (Advance Labelling). A este respeito existem três tipos de estrutura do membro preditivo, nomeadamente tipo (a), (b) e (c). Contudo, neste trabalho apenas, limitados pelos dados do corpus, focalizou-se na estrutura do tipo (b). Viu-se que nesta estrutura o membro V predizia a ocorrência de um texto não-linear, contudo, a ocorrência de um texto linear era possível. Facto que é ilustrado pelos exemplos apresentados. O que é fundamental salientar para esta categoria, por um lado, é o facto de o papel de actor, ou seja, de quem rotula o acto e posteriormente executa o acto pertencer ao autor do texto, isto é, escrevente. Por outro lado, similarmente ao que foi dito em relação à categoria *Enumeração* sobre a classe dos enumeráveis e dos substantivos de conjunto aberto, nesta

categoria a dicotomia centra-se no facto de o acto ser de discurso ou ser um acto que tem lugar fora do texto. Se para a *Enumeração* é fundamental que o substantivo pertença à classe dos Enumeráveis, para *Advance Labelling* o acto deve ser de discurso. Isto porque o escrevente está apenas comprometido com actos que sejam de discurso. Por exemplo se num dado texto o escrevente diz “é necessário ilustrar o gráfico X”, então o seu compromisso é com o acto de ilustrar o gráfico. Mas se, por outro lado, ele diz “é necessário baixar o número de infectados”, ele não está comprometido a baixar o número de infectados. Neste caso o acto tem lugar fora do texto, ou seja, não é um acto de discurso.

## CAPÍTULO VI

### CATEGORIA *RECAPITULAÇÃO*

De acordo com Tadros (op.cit), o termo *Recapitulação* é usado para se referir a um membro preditivo que recupera a informação de um lugar prévio no texto, de modo a introduzir uma informação nova na base da informação dada, neste caso informação recuperada. Isto significa que, para evitar que uma informação nova seja algo vago, flutuante sem um ponto de partida, o escrevente confere-lhe uma sustentabilidade, uma espécie de âncora por meio da *Recapitulação* que, neste caso, prediz informação nova.

Ao contrário das outras categorias até aqui abordadas, na *Recapitulação* o membro V apresenta a informação como dada, uma vez que ela recupera essa informação no contexto precedente a fim de introduzir uma informação nova. Deste modo só se reconhece a informação nova como um membro predito (D) quando e só se o membro precedente, neste caso o membro V, apresenta a sua informação como recuperada. Veja-se o seguinte exemplo:

#### Exemplo 3, p.26

V        Conforme já mencionámos, os nossos informantes residem em cinco bairros da cidade de Maputo.

Neste exemplo, pode-se notar a existência de um sinal que mostra que a informação foi recuperada “conforme já mencionámos...”. Neste caso o leitor é capaz de reconhecer que a informação apresentada no membro V foi recuperada pelo escrevente num contexto precedente.

Como nas categorias anteriormente abordadas, esta categoria apresenta alguns critérios

para a sua classificação. Deste modo e de acordo com Tadros (op.cit), apresenta-se a seguir 4 critérios.

1. a frase deve ter:

a) a rotulação de um acto de discurso;

ou b) o inferencial 'então'.

2. se a) os critérios seguintes são aplicados:

i) a rotulação deve ter um morfema do passado na oração predicadora.

ii) o papel do actor não é assinalado noutra lugar, mantendo-se, assim, do escrevente.

3. se b) a frase contendo "então" deve estar no início do parágrafo.

4. seja a) ou b): a frase não deve (i) ocorrer num parágrafo que termine um capítulo ou secção, já que a sua função nestes casos será de resumo, ou (ii) termine um parágrafo, nestes casos a sua função será de comentário.

Como se pode ver na base dos critérios acima apresentados, a classificação desta categoria limita-se a duas possibilidades, isto é, a frase ou tem a rotulação de um acto, ou tem o inferencial "então". Este facto vai permitir estabelecer dois tipos de estrutura de *Recapitulação*.

#### **6. Recapitulação do tipo (a) e tipo (b).**

O tipo (a) de *Recapitulação* é reconhecido uma vez que o membro V deste tipo possui um elemento que permite saber que a informação é recuperada. Isto quer dizer que neste tipo, a frase deve ter a rotulação de um acto cujo verbo deve estar no passado.

No tipo (b), o sinal que indica que a frase foi recuperada é o inferencial "então" que

deve ser diferenciado do “então” sequencial, condicional e causal, segundo Halliday & Hasan.

Uma vez distinguidos os dois tipos de estrutura, é pertinente referir-se que nesta categoria trabalhar-se-á com a estrutura do tipo (a), uma vez que do corpus constam apenas frases referentes a esta estrutura.

### 6.1. A estrutura do membro V da *Recapitulação*

De acordo com o modelo proposto neste trabalho, o membro V da *Recapitulação* tem a seguinte estrutura:

Pré-n            N                            Pós-n

Nesta estrutura, o núcleo é o único elemento obrigatório, uma vez que é ele que carrega o sinal que indica que a informação é recuperada, sem o qual não é possível reconhecer a categoria proposta. O núcleo, de acordo com Tadros, pode ser simples, quando é realizado por um única frase, ou complexo, quando o núcleo simples é reiterado. Abaixo indica-se uma amostra do membro V da *Recapitulação*.

Nº de Exemplo	Página	Pré-n	N	Pós-n
4	5		Tal como já se fez referência, o texto pode-se apresentar quer na forma falada, quer na forma escrita.	

Nº de Exemplo	Página	Pré-n	N	Pós-n
5	14		Tal como se viu, Halliday-Hasan (1976) consideram a existência de três níveis de textura interna, começando pelo nível supra-enunciado (ou supra-frásico).	

Nº de Exemplo	Página	Pré-n	N	Pós-n
2	19		Assim, conforme já referido na subsecção 2.2, o fenómeno de variação na regência de orações completivas no PB foi estudado por Mollica (1995).	

Nº de Exemplo	Página	Pré-n	N	Pós-n
1	10		No material acima referido e noutro nota-se algumas disparidades a apresentação dos morfemas do tempo presente.	

### 6.2. O membro D da *Recapitulação*

Segundo Tadros (op.cit), o membro predito da *Recapitulação* ocorre sem pré-núcleo e muito frequentemente com pós-núcleo.

O facto de não possuir um pré-n pode-se explicar pelo simples razão de uma informação que se segue após o término da *Recapitulação* ser tida como sendo nova, ou seja, aquela que não é tida como recuperada. Deste modo, seria insensato da parte do escrevente quebrar a informação, pospondo entre o membro preditivo ( Pré-n + N + Pós-n) um elemento designado Pré-n do membro D.

O membro V da *Recapitulação* diz, através de elementos que estão a ele subjacentes, que a informação que carrega é recuperada (algo familiar, conhecido), enquanto o membro D apresenta a informação como sendo nova. Como forma de se compreender este processo, veja-se alguns exemplos.




Exemplo 8, p.28

- V Conforme foi dado a constatar, o PE é uma língua de flexão verbal bastante rica, que torna possível o licenciamento de sujeitos nulos.
- D Com o PB, verifica-se o enfraquecimento da morfologia flexional verbal, o que produz um decréscimo na capacidade licenciadora de sujeitos nulos.

Exemplo 4, p.5

- V Tal como já se fez referência, o texto pode-se apresentar quer na forma falada, quer na forma escrita.
- D Este facto estabelece, a prior, a existência de dois tipos distintos de texto: o texto oral e o texto escrito



O exemplo 8 possui um sinal que mostra que a informação foi recuperada de um lugar prévio no texto, ou seja, a informação que nos diz que o "...PE é uma língua de flexão verbal bastante rica...". Todavia, o membro V não diz que tipo de relação estabelecerá com o membro D. Ainda assim, este facto não exclui a possibilidade de ocorrência de uma informação nova – o membro D. A única forma de se saber que tipo de relação se estabelece entre os dois membros é olhar adiante para o membro D. Se se olhar para o membro V, pode-se ver que o escrevente *a prior* faz menção apenas ao PE, sendo essa informação, como já foi dito, recuperada, conforme o sinal que indica que ela já foi previamente dada em algum lugar do texto. Entretanto, no texto seguinte, faz-se menção ao PB. Porém, não indica, através de um sinal similar ao que o texto anterior possui, que esta informação já foi previamente dada. Para além desse facto, há a salientar a relação de oposição entre os dois textos. O escrevente usa o primeiro texto, para mostrar que a informação do segundo texto é diferente daquela, porquanto o PE e o PB têm

comportamentos diferentes, ou seja o PE tem X qualidades e o PB tem Y qualidades. São estes dois aspectos que permitem concluir que o texto que se segue ao primeiro é o membro predito, uma vez que a informação é introduzida como nova para o contexto.

O exemplo 5 também não mostra que tipo de relação se estabelece entre os dois membros. Entretanto, partindo do conhecimento que se possui, pode-se depreender que estes dois tipos de texto esgotam a possibilidade de um terceiro tipo, ou seja, um texto ou é escrito ou é oral. É a informação que se encontra no membro D. Este facto permite concluir que, diferentemente do exemplo anterior, em que a relação que se estabelecia era de contraste, neste caso há uma compatibilidade entre a informação nova e a informação recuperada no seu todo. Olhando para os dois membros, vê-se que no membro predito a informação é consequência da informação veiculada no membro preditivo de tal forma que no membro V tem-se: forma falada Vs forma escrita; e no membro D tem-se: texto oral Vs texto escrito. É este facto que permite dizer que a relação estabelecida entre os dois membros é de compatibilidade.

Veja-se a seguir uma amostra dos membros V e D da *Recapitulação* do tipo (a).

Página	Classe do membro	Pré-n	N	Pós-n
10	V		No material acima referido e noutra nota-se algumas disparidades na apresentação dos morfemas do tempo presente.	
	D		Estas disparidades na abordagem pelos diferentes autores levantaram alguns problemas tanto a nível conceptual como no que diz respeito a questões de ordem metodológica no processo de ensino-aprendizagem	
	V		Assim, conforme já referido na subsecção 2.2, o fenómeno de variação na regência de orações completivas no PB foi estudado por Mollica (1995).	
	D		O estudo em causa mostra que ao nível do PB existem situações em que a oração completiva é regida pela preposição de em circunstâncias em que a norma prevê a regência da oração completiva por meio do verbo da frase superior.	Esta situação ocorre em indivíduos mais escolarizados e deve-se a uma certa insegurança do falante quanto à regência dos verbos.
26	V		Tal como tivemos a oportunidade de referir na introdução, o romance Terra Sonâmbula do escrevente moçambicano Mia Couto constitui o corpus do presente trabalho.	
	D		Trata-se de um romance de duzentas e vinte (220) páginas, dividido em vinte e duas (22) partes, nomeadamente, onze (11) capítulos e igual número de "cadernos".	

### 6.3. Comentário dos exemplos

No exemplo 1, está patente um sinal, “No material acima referido”, que indica que a informação foi recuperada de um lugar prévio no texto. Aqui tanto o membro V, como o membro D não possuem algum elemento opcional. O membro D carrega a informação nova que satisfaz a predição estabelecida pelo membro V. Este é o portador da informação recuperada, isto é, ele recupera a informação que diz que “existem disparidades na apresentação dos morfemas do tempo presente. O texto seguinte, que se considera como sendo o membro D, não é portador de tal sinal, muito menos de tal informação. O que acontece é que o núcleo do membro D refere-se a esse facto (existirem disparidades) de modo anafórico “estas disparidades...”, já que se refere a um elemento recuperado do co-texto precedente.

O exemplo 2 é diferente do anterior na medida em que diz onde encontrar a informação já veiculada, anteriormente, pelo escrevente “...na subsecção 2.2”. Mas como se saberá que tal subsecção corresponde ao texto do qual o escrevente é autor? O facto de o escrevente não mencionar o título do trabalho ou estudo onde a subsecção 2.2 pode ser encontrada dá uma clara indicação de que a mesma será encontrada no próprio texto do qual ele é o autor. Este facto vem a provar que de facto o acto de recapitular é exclusivo do autor/escrevente do texto. O núcleo do membro D deste exemplo apresenta uma porção de texto denominada pós-núcleo, onde o escrevente tece alguns comentários sobre a informação nova veiculada no núcleo do membro D.

O exemplo 6 é algo similar ao anterior na medida em que, para além de ser portador de um sinal que mostra que a informação no núcleo do membro V é recuperada, indica onde essa informação está disponível “...na introdução”.

#### 6.4. Conclusão

Neste capítulo, debruço-se sobre a categoria de Predição designada *Recapitulação*. Ao tratar-se esta categoria, notou-se que a mesma estabelecia um certo contraste com a *Rotulação Antecipada* no que diz respeito ao tempo verbal. Enquanto a categoria aqui tratada faz uso do tempo passado, caso contrário nada marcaria ou assinalaria que a informação é recuperada, a *Rotulação Antecipada* faz uso do tempo futuro, ou pelo menos de elementos que indicam que uma certa acção irá ocorrer. Quer-se com isto dizer que na *Rotulação Antecipada* o escrevente informa sobre o que irá fazer no discurso, enquanto que na *Recapitulação* ele informa acerca do que já fez.

Esta categoria, também, contrasta com o *Relato* na medida em que, na categoria que aqui tratamos, o papel do escrevente é fundamental e intransmissível, isto é, ele está completamente envolvido no seu texto de tal forma que a *Recapitulação* é exclusivamente de sua pertença. Já no *Relato*, o escrevente diz aquilo que os outros dizem, ou seja, ele veicula uma informação que não pertence a si.

A *Recapitulação* é uma mais-valia para o leitor, em termos de informação. Quer dizer ela deixa subjacente que, após o término da informação recuperada, irá suceder uma informação nova. É de salientar que entre o membro V e o membro D existe uma relação semântica.

## CAPÍTULO VII

### CATEGORIA *RELATO*

No modelo proposto por Tadros (1981:104-6) para a análise de textos escritos há duas pressuposições ou hipóteses subjacentes ao mesmo. Assim, a primeira “é que o texto escrito é sensível a interacção, já que mais do que um participante está envolvido: escrevente e leitor”.

A segunda “é que o escrevente está envolvido no seu texto, uma vez que, especificamente, ele não se distancia de si mesmo (...). É assumido que o escrevente está de acordo com as proposições que ele está afirmando, uma vez que ele não assinala o seu distanciamento pelos dispositivos como *Relato* ou *Hipoteticalidade*.” Deve-se realçar que tal distanciamento, no que diz respeito à sua natureza, tem a ver com o distanciamento das proposições encaixadas já expressas. Este tipo de distanciamento prediz ou prevê um envolvimento, a que Tadros designa ‘avaliação’.

Tadros (op.cit.) apresenta quatro critérios para que uma frase seja considerada como fazendo parte desta categoria.

Segundo Tadros (op.cit) cada critério é necessário, mas nenhum *per se* é suficiente para qualificar uma frase como fazendo parte da categoria de Predição designada *Relato* (Reporting). Veja-se a seguir os critérios extraídos de Tadros (op.cit.):

1. A frase tem que ter pelo menos uma Estrutura de Relato. A estrutura típica de relato é constituída por um par de orações em que uma é de reportagem, ou seja, aquela que reporta, e a outra é a reportada. Saliente-se que também ocorrem os pares citando/citado, assim como adjuntos especializados como de acordo com.

2. A frase tem que ter um conteúdo proposicional que é atribuído a outros.
3. O escrevente tem que se distanciar do que está relatando.
4. A posição da oração de relato na frase ou parágrafo correspondente tem que ser levada em conta. Onde o relato é único no parágrafo e vem no fim, não é preditivo, mas é interpretado como um comentário.

Entretanto, antes de se prosseguir com o estudo desta categoria é importante tecer-se algumas considerações em torno da mesma. Estas considerações giram em torno do conceito "Proposição".

Lyons (1977), na sua perspectiva, vê o termo proposição como sendo problemática uma vez que várias concepções são adoptadas. Ele, mostrando quão problemático este termo é, afirma que:

...alguns escreventes identificam proposições com frases (declarativas), outros identificam-lhes com declarações, e outros ainda com significado de frases (declarativas); e existe pouca consistência no modo como "declaração" é definida. (ibid:141)

E, de modo a resolver este problema de conceitos, ele estabelece a relação entre "frase" e "proposição" de tal forma que permita as seguintes possibilidades:

que diferentes frases da mesma língua possam expressar duas ou mais proposições (de tal forma que elas possam ser entendidas pelo falante ou escrevente num sentido, e percebido pelo ouvinte ou leitor noutra); e finalmente, que nem todas as frases declarativas na língua irão expressar proposições. (ibid:142)

Outro estudioso que se debruçou sobre este aspecto foi Allwood et al (1977) ao afirmar que "a mesma frase pode expressar a diferentes proposições em diferentes ocasiões. Inversamente diferentes frases podem expressar uma e mesma proposição" (ibid:20).

Estas duas posições mostram que não existe uma correspondência de um para um entre “Frase” e “Proposição”. Entretanto, o que é importante ressaltar é a posição tomada por Searle (1969) ao afirmar:

Aviso que não digo que a frase expressa proposições; Eu nem sei como frases podem executar actos dessa natureza. Mas devo dizer que na enunciação de uma frase, o falante expressa uma proposição. (ibid:29)

Neste caso pode-se constatar que quem expressa a proposição não é a frase, mas o falante.

De acordo com este autor, “a proposição é o que é afirmado no acto de afirmar, o que é declarado no acto de declarar ” (ibid:29). Isto quer dizer que a proposição em si não é um acto, mas a sua expressão é. De tal forma que a expressão de uma proposição é um acto proposicional e não um acto ilocutório. Dois actos estão subjacentes ao acto proposicional. Estes são: o acto de se referir, quando se refere a uma pessoa ou coisa, e o acto de predicar, quando se diz algo acerca do que é referido.

Nas suas palavras “um acto proposicional não pode ocorrer isolado. Ninguém pode expressar uma proposição enquanto nada faz e não tem deste modo executado um acto de fala” (Searle, 1969:29). Assim, para qualquer frase existem dois elementos distintos aos quais ele designa por “Indicador Proposicional” e “Dispositivo Indicador da Força Ilocutória”. O indicador proposicional não é preciso que esteja patente na estrutura de superfície, nem precisa do dispositivo indicador da força ilocutória (este facto permite que haja actos de fala indirectos). Isto quer dizer que duas frases que expressam a mesma proposição, podem ter o mesmo dispositivo indicador da força ilocutória, mas apenas uma pode ter um indicador proposicional.



Retome-se o ponto, isto é, o que concerne ao trabalho. Afirmou-se a dado passo que o escrevente na sua relação com a proposição está de acordo com ela, uma vez que é ele quem está afirmando. Uma das formas que o escrevente encontra para se distanciar de tais proposições é através do dispositivo de *Relato*, através do qual ele atribui a outros essas proposições. Veja-se o seguinte exemplo:

Exemplo 4, p.43

- V Referindo-se à consciencialização, Lopes (1997a) defende que as autoridades educacionais deveriam criar um programa que pudesse explicar aos pais, professores e crianças dos benefícios que advêm do ensino e aprendizagem de uma determinada língua de ensino.

Este exemplo satisfaz os critérios estabelecidos por Tadros (op.cit). Nele pode-se ver uma estrutura de relato, constituída por uma oração relatadora “Lopes defende”, designada oração principal, e outra relatada “...que as autoridades educacionais deveriam criar...”. O conteúdo proposicional é atribuído a Lopes (1977a) e não ao escrevente. Mas como é que ele marca o seu distanciamento? Quais são os dispositivos usados?

De acordo com os dados existem três dispositivos que marcam distanciamento do escrevente em relação às proposições. É o conjunto destes três dispositivos que se dá o nome desta categoria – *Relato*.

Widdowson (1979:120) apresenta três modos de relatar proposições:

1. Discurso Directo (com o uso das aspas)
2. Discurso Indirecto (usando o verbo ‘dizer’, mas neste caso qualquer tipo de verbo performativo pode ser usado, contanto que o

escrevente não esteja relatando as suas próprias proposições. O que importa é que ele se distancie).

3. Relatando o acto ilocutório que se supõe o falante tenha executado e a proposição.

Entretanto, Tadros introduz um outro dispositivo de relato que consiste no uso de adjuntos, designados Adjuntos de Relato (neste caso usam-se adjuntos como 'de acordo com', 'na perspectiva de x', 'na opinião de x', etc.).

Retome-se o exemplo. O dispositivo usado consiste no uso do discurso indirecto, mas também está patente o relato de um acto ilocutório que se supõe 'Lopes' tenha executado e respectiva proposição. Este facto permitiu que Tadros fundisse os dispositivos 2 e 3 num só. Neste caso o acto ilocutório é 'defende' e a oração introduzida por 'que' é a proposição. Se em cima se disse que "Lopes (1997a) defende" é a oração principal, então vale dizer que é nessa oração onde o acto ilocutório é expresso. Ficando a proposição com a oração integrada ou encaixada. Neste exemplo, pode-se notar a existência de um indicador de proposição, o 'que'. Tradicionalmente, segundo Tadros (op.cit), este tipo de estrutura de relato, em que os verbos ocorrem acompanhado de 'que', são designados relatos sintácticos.

Porém, nem todas as frases constantes no corpus possuem essa estrutura. Todavia, isso não significa que não pertençam a esta categoria. Vejamos o exemplo que se segue:

#### Exemplo 2, p.14

- V Althusser distingue uma teoria da ideologia em geral, na qual a função de ideologia é assegurar a coesão da sociedade, da teoria de ideologias específicas, cuja a função é sobredeterminada pela nova função de assegurar a dominação de uma classe.

Este exemplo, como o primeiro, satisfaz todos os critérios estabelecidos por Tadros. Contudo, este exemplo difere-se do anterior no que respeita à sua estrutura. Ora veja-se, se no exemplo anterior existe o indicador proposicional 'que' na estrutura de superfície, no posterior o mesmo não acontece. Isto não significa que não haja uma proposição subjacente a esse exemplo, principalmente se se considerar que o indicador proposicional não precisa aparecer na estrutura de superfície. Tadros, sobre esta estrutura, em que o verbo não está acompanhado do 'que', afirma:

A proposição relatada pode não ter sido expressa nestas palavras em primeiro lugar, e outra pessoa poderia ter usado um verbo de relato diferente (...). Tivesse o escrevente usado 'dizer' ou 'declarar', etc., então a proposição teria sido integrada numa oração 'que' e teria sido um relato sintáctico. (ibid:274)

Ao tipo de relato, subjacente a este exemplo, denomina-se relato paráfrase. O que se pretende com estes dois exemplos é mostrar que não importa se a frase tem uma oração introduzida por 'que', o que importa, isso sim, é que ela tenha uma proposição expressa que é atribuída a outros.

### **7. Tipologia da categoria *Relato***

Tadros (op.cit) apresenta dois tipos de estrutura para esta categoria. A primeira é designada do tipo (a) e a segunda do tipo (b). A diferença existente entre elas reside no facto de no tipo (b) haver um adjunto do passado na oração de relato, sendo este facto indicador do tipo de avaliação no membro V.

Porém, limitados pelos dados de que se dispõe, apenas, debruçar-nos-emos sobre a estrutura do tipo (a).

### 7.1. A estrutura do membro V da categoria *Relato*

De acordo com o modelo, o membro V tem a seguinte estrutura:

(Pré-n)                      N                      (Pós-n)

Onde o núcleo pode ser simples ou complexo. Um núcleo simples é realizado por uma frase que possui uma oração de relato ou um adjunto de relato e uma proposição, enquanto que um núcleo complexo envolve a reiteração do núcleo simples. A função da reiteração do núcleo é de indicar que o relato ainda continua e que a proposição relatada continua a ser atribuída a outros. Veja-se os exemplos que se seguem:

#### Exemplo 2, p.14

- V      Na      Althusser distingue uma teoria da ideologia em geral, na qual a função de ideologia é assegurar a coesão da sociedade, da teoria de ideologias específicas, cuja a função é sobredeterminada pela nova função de assegurar a dominação de uma classe.
- Nb      Ele insiste em que a ciência é o oposto absoluto da ideologia ao mesmo tempo que define ideologia como um nível objectivo da sociedade que é relativamente autónomo.

#### Exemplo3, p.3

- Vli    Na      Segundo Metzeltin (1981:34), o texto, quer seja escrito ou oral, é o conjunto das orações de um comunicado.
- Nb      Para este autor, todo o texto pode, em geral, verte-se num conjunto de proposições.
- Vlii   Na      Para Galisson et al (1983:706), citado por Mavale (1992:5), o texto não é mais do que um conjunto acabado ou não de enunciados escritos ou orais constituindo, em geral, um discurso seguido.

No exemplo 2, as várias proposições são atribuídas ao mesmo sujeito 'Althusser', cujo substituto é o pronominal 'ele'. A reiteração do núcleo significa que o escrevente está a reter a sua avaliação. É deste modo que fica sempre uma questão no ar até que o membro

D esteja em vista.

O exemplo 3 mostra um caso de reiteração de V, querendo com isso dizer que há mudanças dos actores das proposições expressas. O primeiro actor é 'Metzeltin' que está perfeitamente assinalado "Segundo Metzeltin (1981:34), o texto, quer seja escrito ou oral, é o conjunto das orações de um comunicado". O Relato subsequente continua a pertencer ao primeiro actor "para este autor...". Em V1ii, há uma mudança de actor - de Metzeltin para Galisson et al.

Abaixo se indica uma amostra de *Relato* do tipo (a).

Nº de Exemplo	Página	Pré-n	N	Pós-n
8	19		o autor afirma que "há em macua vários presentes, já porque podem ser formados por várias partículas temporais, variáveis de região para região, já porque o sentido da mesma pode variar de região para região".	

Nº de Exemplo	Página	Pré-n	N	Pós-n
1	13	Uma vez que a ideologia torna-se consciência política ligada ao interesse da classe dominante, justifica-se, assim, a oposição entre a ideologia burguesa e a ideologia socialista,	Lukács, (marxista ocidental), torna evidente a linha de Lenin, ao definir o marxismo como a expressão ideológica do proletariado ou "a ideologia do proletariado combativo" que levou à capitulação ideológica da burguesia.	

Nº de Exemplo	Página	Pré-n	N	Pós-n
4	43		<p>Na 1)Referindo-se à consciencialização, Lopes (1997a) defende que as autoridades educacionais deveriam criar um programa que.....</p> <p>Nb 2)Para o autor, as autoridades educacionais devem persuadir à população.....</p>	

## 7.2. O membro D ( avaliação)

O membro D do *Relato* expressa a opinião do escrevente em relação à proposição da qual se distancia. Essa opinião do escrevente acerca das proposições que relata denomina-se avaliação. Este membro estabelece o fundamento do que tem sido relatado. Isto é o mesmo que dizer que sem avaliação do que 'Lopes (1997a) defende' ou 'Althusser distingue' não haveria fundamento algum no relato. Isto vale dizer que o referido texto seria algo vago, sem consistência.

Se porventura um professor ou examinador estivesse perante um estudante que pura e simplesmente reporta o que os outros dizem, defendem, afirmam, questionam, pensam, etc., certamente não daria crédito algum, uma vez que estará interessado em saber o que é que o estudante pensa do que está relatando. A opinião do estudante pode coincidir ou não com o que relata, porém isso deve ser assinalado por meio da avaliação.

Se por um lado, o escrevente distancia-se das proposições que está relatando, atribuindo a outros, por outro lado, ele próprio se envolve, aproximando-se das proposições relatadas avaliando-as.

É como diz Berry (1975), a avaliação capacita o leitor a entrar no discurso como "conhecedor primário". Nesta ordem de ideias, observa que:

O conhecedor primário deve dar um contributo ao discurso se é que uma informação ou troca de informação deve existir na totalidade. Deve haver um espaço no intercâmbio, onde o conhecedor primário indica que conhece a informação e onde ele, consequentemente, dá à informação uma espécie de carimbo de autoridade.

De tal modo que, quando o escrevente se distancia da proposição, ele deve indicar o seu envolvimento através da avaliação, sem a qual haverá um cometimento não concretizado.

Então, como reconhecer o sinal da avaliação, ou seja, o membro D?

Deve-se ter em mente que o membro D expressa a atitude ou opinião do escrevente acerca da proposição que relata. Porém, essa atitude ou opinião pode ser compatível ou não com a proposição relatada. Veja-se, então, uma amostra dos membros V e D.

Nº do Exemplo	Página	Classe do membro	Pré-n	N	Pós-n
1	13	V	Uma vez que a burguesia torna-se cons Ciência política ligada aos interesses da classe dominante, justifica-se, assim, a oposição entre a ideologia burguesa e a ideologia socialista.	Lukács, (marxista ocidental), torna evidente a linha de Lenin, ao definir o marxismo como a expressão ideológica do proletariado ou "a ideologia do proletariado combativo" que levou à capitulação ideológica da burguesia.	
		D		Esta concepção negativa vai limitar o conceito da ideologia, o alcance da totalidade da consciência social, apenas ao interesse da classe.	



Nº do Exemplo	Página	Classe do membro	Pré-n	N	Pós-n
2	14	V		<p>Na 1) Althusser distingue uma teoria da ideologia em geral, na qual a função de ideologia é assegurar a coesão da sociedade, da teoria de ideologias específicas, cuja a função é sobredeterminada pela nova função de assegurar a dominação de uma classe.</p> <p>Nb 2) Ele insiste em que a ciência é o oposto absoluto da ideologia ao mesmo tempo que define ideologia como um nível objectivo da sociedade que é relativamente autónomo.</p>	
		D		<p>3) Porém, esta concepção possui algumas limitações, por exemplo não consegue conciliar a existência de uma ideologia revolucionária com a afirmação de que toda a ideologia sujeita os indivíduos ao sistema dominante; 4) É difícil conciliar a ideologia como uma representação errónea oposta à ciência com a ideologia enquanto superestrutura objectiva da sociedade.</p>	

Nº do Exemplo	Página	Classe do membro	Pré-n	N	Pós-n
4	43	V		<p>1)Referindo-se à consciencialização, Lopes (1997a) defende que as autoridades educacionais deveriam criar um programa que pudesse explicar aos pais, professores e crianças dos benefícios que advêm do ensino e aprendizagem de uma determinada língua de ensino.</p> <p>2)Para o autor, as autoridades educacionais devem persuadir à população directamente envolvida no ensino, para que essa conheça as "vantagens pedagógicas e culturais associadas à promoção da educação em língua materna e à promoção do bilinguismo individual na sociedade".</p>	
		D		<p>3)Aplaudindo este aspecto é de afirmar que aqui em Moçambique a herança colonial de conceber Hierarquicamente as línguas faladas no país é uma questão que não sai das mentes da maior parte da população, incluindo intelectuais. O Português é considerado "língua", um falar de pessoas "cultas" e as línguas bantu são tratadas como "dialectos", como "falares de pessoas" incultas.</p>	

Nº do Exemplo	Página	Classe do membro	Pré-n	N	Pós-n
6	7	V		1) Romaine (1995:8) cita Mackey (1967) considerando que o bilinguismo não é um fenómeno da língua mas do seu uso.	2) Esta ideia parece querer mostrar que o bilinguismo deve ser analisado sob o ponto de vista do uso das línguas e não da sua simples existência
		D		3) Concordamos com o exposto acima, pois, de facto as línguas podem existir numa sociedade mas se o seu uso não for materializado, a sua existência deixa de se fazer sentir.	

### 7.3. Comentário dos exemplos

Como se pode ver no exemplo 1, o membro V possui uma porção de texto que funciona como pré-núcleo. Mas como é que se sabe? Como se tem vindo a defender, o núcleo do membro V possui alguns elementos que conferem à sua estrutura certas especificidades só a ela pertencentes, como sejam a existência de uma estrutura de relato. Portanto, olhando para a porção de texto em causa, conclui-se que ela não possui tais elementos, logo fica excluída a possibilidade de ser núcleo do membro V. Mas nota-se que entre essa porção de texto, que se designa pré-núcleo, e o texto seguinte estabelece-se uma relação ao nível do conteúdo. É este facto que nos permite concluir que se trata de um pré-núcleo de V.

O núcleo do membro V não possui algum indicador de proposição, ou seja, 'que'. Mas este facto não exclui a possibilidade de esta frase pertencer à categoria *Relato*, pois trata-se de um relato paráfrase.

O texto seguinte ao núcleo de V não possui alguma estrutura de relato, mas neste caso não se trata de um pós-núcleo de V. Trata-se, isso sim, do membro D, aqui designado

avaliação. É neste texto onde está patente a atitude ou opinião do escrevente em relação à proposição, onde ele assinala o seu envolvimento dizendo “esta concepção **negativa** vai limitar o conceito da ideologia, o alcance da totalidade da consciência social, apenas ao interesse da classe”. A palavra ‘negativa’ vai a negro, uma vez que é ela que indica o tipo de posição que o escrevente toma em relação à proposição relatada.

No exemplo 2, não existe algum elemento opcional no membro V. Contudo, neste membro há repetição do núcleo. Assim concluímos porque nos dois textos existe uma estrutura de relato, onde as proposições encaixadas são atribuídas ao mesmo sujeito. No primeiro núcleo, temos ‘Althusser’ e, no segundo, o pronome ‘ele’ que se refere anaforicamente ao sujeito anterior.

Enquanto no primeiro exemplo se está perante um núcleo simples, neste está-se perante um núcleo complexo.

Olhando adiante consegue-se, no texto que aí se encontra, descortinar um elemento marcador de contraste, ‘porém’, que torna evidente que a semântica do núcleo do membro D, avaliação, é incompatível com a semântica do relato. Isto significa que o escrevente está em desacordo com a proposição relatada.

Este exemplo possui dois D’s. Mas não se tratará de um pós-núcleo de D? A frase (4), que é a que está em questão, apresenta uma informação que não pode ser tida como um simples comentário da parte do escrevente. Além de que o que vem expresso nela, em termos de informação, é corolário do que se vem dizendo na frase (3). Logo a frase (4) continua a ser uma avaliação. Vejam-se, então, os elementos que ajudam a reconhecer esta frase como sendo um D. Na primeira frase tem-se: “...esta concepção possui algumas limitações..” de tal forma que “...não consegue conciliar...”. Na segunda frase

temos “ é difícil conciliar...”. Ora, estes elementos indicam que as duas frases estão em perfeita coordenação de ideias.

O exemplo 4 é similar ao anterior (exemplo 2), em termos de estrutura, pois, possui um núcleo complexo no membro V, cujas proposições relatadas são atribuídas ao mesmo sujeito ‘Lopes (1997a)’. Porém, eles se diferem no que diz respeito à avaliação. Enquanto no exemplo 2 o escrevente mostra que está em desacordo com a proposição relatada, neste exemplo o mesmo mostra que concorda com a proposição relatada. O uso da palavra ‘aplaudindo’ deixa uma clara ideia de compatibilidade de ideias. Pelo senso comum aplaude-se alguém que tenha feito algo importante. Este facto permitiu que se tirasse a referida constatação.

O exemplo 6 possui no membro V um pós-núcleo. Assim considera-se porque esta porção de texto não possui uma estrutura de relato, e, para além disso, apenas tece comentários acerca da ideia veiculada por ‘Romaine’. Por outro lado, não está patente alguma atitude ou opinião do escrevente, isto é, não existe avaliação alguma.

A seguir a essa porção de texto, o escrevente expressa a sua opinião em relação à proposição expressa por ‘Romaine’. Para isso ele diz que “concordamos com o exposto acima...”. Este aspecto torna os dois membros V e D compatíveis.

#### **7.4. Conclusão**

Nesta parte do trabalho debruçou-se sobre o *Relato*, uma categoria da Predição.

Notou-se que esta se diferenciava das demais aqui tratadas pelo simples facto de o escrevente se afastar das proposições expressas no seu texto atribuindo a outros a sua autoria. Neste caso, ele assinala o seu distanciamento através do uso dos pares oração

relatadora/relatada, citando/citado, e/ou o uso de adjuntos especializados, designados 'Adjuntos de Relato'.

Tomou-se em atenção que o núcleo do membro V tanto podia ser complexo, quanto simples. Em caso de ser complexo, duas possibilidades ocorriam: por um lado, as proposições relatadas pertenciam ao mesmo sujeito; por outro lado, havia troca de sujeito. Neste caso, afirmou-se que se estava perante uma repetição do membro, enquanto que no caso anterior havia repetição do núcleo do membro V.

O membro V prediz um membro D que funciona como avaliação, em que o escrevente se envolve para tecer uma opinião ou mostrar a sua atitude em relação à proposição expressa. Esta avaliação tanto pode ser contrária, quanto compatível, isto é, o membro pode estabelecer uma relação de contraste com o membro V, como pode estabelecer uma relação de compatibilidade.

## CAPÍTULO VIII

### CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

#### 8. CONCLUSÕES

Ao longo do presente estudo, pretendeu-se analisar o fenómeno da *Predição* em algumas teses de Linguística de estudantes moçambicanos. Partiu-se do pressuposto que o conhecimento da noção de *Predição* ajuda na compreensão do texto escrito.

Viu-se que existiam duas perspectivas de análise da língua. A primeira circunscrevia-se à análise da frase como uma entidade abstracta, independente de outros factores, como o seu contexto situacional ou mesmo a relação que estabelece com outras frases. Este tipo de análise é levado a cabo pelos tradicionalistas, que vêem a língua como algo homogéneo, que se confina na fronteira da frase. A segunda concebe o estudo da língua para além da fronteira da frase. Esta perspectiva de análise tinha o objectivo de passar o escopo da análise linguística do formal para o funcional procurando ver que tipo de relações as frases estabeleciam entre elas. Duas abordagens se destacaram pela natureza do estudo que lhes é intrínseco – abordagem sincrónica e abordagem diacrónica. Na abordagem sincrónica destaque vai para os estudos levados a cabo por Halliday & Hasan (1976), Winter (1977) e Hoey (1979), enquanto na abordagem diacrónica destaque vai para van Dijk (1977). Estas abordagens para o texto escrito mostram que são sensíveis ao seu carácter interactivo, mas nenhuma se preocupou com os dispositivos pelos quais essa interacção se estabelecia. Winter (1977) e Hoey (1979) estavam mais interessados com as relações semânticas que se estabeleciam entre as frases e proposições do que com o carácter interactivo do texto. Na abordagem diacrónica, parece que se sugere que no texto

escrito não há mais nada para além dos conteúdos proposicionais. Aqui, a ênfase recai para a organização do conteúdo proposicional.

Este estudo, tendo em conta o carácter interactivo do texto escrito, pretendeu mostrar que existe uma maneira mais eficaz de estruturar o discurso para além da apresentação do conteúdo proposicional de tal forma que evidencia que no texto escrito o escrevente e o leitor estabelecem uma relação de interacção. Essa relação é estabelecida através da *Predição*, que é um fenómeno interactivo.

A análise das frases do corpus permitiu extrair quatro categorias da *Predição*: *Enumeração*, *Rotulação Antecipada*, *Recapitulação* e *Relato*. Estas categorias não são exclusivas do corpus deste trabalho, mas são características de textos com orientação pedagógica, uma vez que o autor deste tipo de textos pretende ser compreendido, assim como mostrar para o leitor o que ele pensa na base daquilo que os outros pensam, ou seja, ele pretende convencer o leitor da sua posição.

## 9. RECOMENDAÇÕES

A noção de *Predição* carrega consigo implicações pedagógicas. Por isso é importante fazer com que os estudantes estejam conscientes dos sinais que representam o distanciamento do escrevente, de tal forma que sejam capazes de diferenciar a posição assumida pelo escrevente da posição que ele mostra que os outros têm. Este facto é visível na categoria *Relato*, onde o escrevente se distancia das proposições que expressa atribuindo a outros a sua autoria. Contudo, o seu distanciamento não implica o seu não envolvimento, de tal forma que ele posteriormente se envolve tecendo a sua opinião acerca da proposição expressa no seu texto. Essa opinião pode ser compatível ou não com essa proposição.



Na categoria *Recapitulação*, o monopólio é do escrevente, contanto que ninguém para além dele deve recapitular no seu texto. Se no texto existe a seguinte expressão: 'veja-se no capítulo 3', o leitor deve ser capaz de entender que o texto a que se faz referência o capítulo 3' é do autor. Assim, a informação nova que segue a informação recuperada é sempre do autor do texto.

Finalmente, na categoria *Rotulação Antecipada* é pertinente considerar-se nos estudantes a necessidade de anunciar que uma tabela, gráfico ou qualquer outro texto não-linear vem a seguir. O que acontece é o leitor ser surpreendido com uma tabela não antes anunciada e desprovida de qualquer comentário. Ou muitas vezes depois de se tecer um argumento, o estudante apresenta um exemplo e fica por aí sem o comentar. Neste caso, o exemplo deve ser anunciado e, porque tem um propósito, explicado.

## ANEXOS

### ANEXO 1

#### Corpus<sup>1</sup> – Categoria *Enumeração*

(1) V Um levantamento efectuado com vista à realização do Seminário sobre a Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas em 1988 na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo-Moçambique, registou oito variantes desta língua, designadamente:

D emakhuwa, enhara, estaaka, esankagi, emarrevoni, elomwe, emeetto e exirima. (Afido, 1997: 3)

(2) V Ao longo de alguns anos como leitor da língua emakhuwa na UEM, fomos notando que os aprendentes desta língua produziam enunciados com diferentes formas verbais do tempo presente do indicativo, cometendo determinadas irregularidades nomeadamente através do uso das diferentes formas aprendidas em contextos inapropriados, como mostram os exemplos em (1) e (2):

D (1)a. ?Mi Ki-n-som-a [-].  
b. Mi Ki-n-som-a eliivuru.  
Eu-1s-tm-ler-vt livro  
“eu leio livro

(1)a. ?Mi Ki-n-weett-a.  
b. Mi Ki-n-eett-a.  
eu-1s-tm-andar-vt  
“eu ando”

Pós-n o exemplo 1a mostra que a marca de tempo [n-] requer sempre um complemento mais o aprendente neste caso fechou a frase sem ter integrado qualquer complemento, o que resulta na estranheza ou mesmo na agramaticalidade da frase.

no exemplo 2a está em causa um processo morfo-fonológico condicionado pela sequência antes de um segmento [ -consonântico], em que o aprendente reproduz na sua totalidade, satisfazendo-se simplesmente com a inclusão de uma marca temporal [n-] sem considerar a transformação que neste caso ocorre (2b).

---

<sup>1</sup> As frases que estão patentes neste corpus apresentam porções de texto diferentes do núcleo do membro preditivo (P), neste caso designados Pré-n(úcleo), e diferentes do núcleo do membro predito (V), aqui designada Pós-n(úcleo).

(3) V De acordo com Mateus et al 1987:97\_pode-se deduzir as seguintes definições sobre o aspecto:

- D
- Aspecto habitual liga o verbo a noção de duração da acção, uma acção que geralmente acontece;
  - Aspecto pontual a acção expressa pelo verbo ocorre em simultâneo ao momento da fala.
  - Aspecto frequentativo, quando o sentido a dar ao verbo é de acção que ocorre repetidas vezes.

Pré-n. Nas definições sobre o aspecto transparece a ideia de que o conceito de aspecto serve para dar conta daquilo que não cabe na interpretação do tempo que é justamente o ponto de vista do locutor relativamente à duração da acção expressa pelo verbo e tem lugar num determinado intervalo de tempo, seja ie, ia ou ip. (ibidem:17)

(4) V Assim, no emakhuwa distinguimos três sentidos de aspectos no presente do indicativo nomeadamente:

- D
- Aspecto pontual: A acção é simultâneo ao momento de, enunciação.
  - Aspecto habitual: A acção ocorre com certa regularidade.
  - Aspecto frequentativo: a acção ocorre repetidas vezes. (idem)

(5) V Segundo Prata (1960:203), o tempo presente do indicativo em Emakhuwa é expresso pelas seguintes formas:

D

ni-,  
na-,  
no-, (ou nni, nna, nno) e  
mu, (mwe ou m ou n) (ibidem:19)

Pré-n Centis (1985:15) apresenta um paradigma de marcas que não se afasta significativamente da perspectiva de Prata (1960).

(6) V Este autor apresenta quatro (4) formas, que apresentamos no exemplo (5) contendo as marcas que caracterizam o tempo presente do indicativo nomeadamente:

D (5) Kinnikuxa “eu levo” (habitualmente). Presente habitual;

**Kinikuxa “eu levo agora”. Presente actual**

Kinokuxa “eu estou a levar”. Presente-presente;

Kinkuxa “eu, que levo”. Presente subordinado.

- Pós-n Nesta apresentação pode observar-se um destaque especial da função semântica dos morfemas nas formas verbais embora não adiante alguma indicação relevante sobre as características morfológicas e sintáticas associadas a cada um deles. (ibidem:21)
- (7) V O verbo no emakhuwa, tal como acontece com a generalidade das línguas Bantu, consiste fundamentalmente de três partes:
- D - os prefixos, o radical e os sufixos.
- Pós-n Consideramos o radical, a base lexical invariável do verbo. Ela recebe os afixos tanto flexionais como derivacionais. O radical do verbo pode ter uma inicial vogal ou consoante.(ibidem: 30)
- (8) V É de notar que para o presente colocaremos em evidência apenas duas variáveis sociais: (Guissemo, 2002:13)
- D Escolaridade e profissão.
- (9) V Após a proclamação da independência nacional em 1975, o português é definitivamente consagrado constitucionalmente língua oficial de Moçambique e lhe são reservadas exclusivamente as três funções seguintes:
- D (i) Língua de unidade nacional;  
(ii) Língua de comunicação;  
(iii) Língua de ensino.
- Pós-n Esta situação pode ser considerada também a declaração oficial do chamado bilinguismo vertical e de uma política do tipo exoglóssica prevalentes em Moçambique. (ibidem:17)
- (10) V Os dados que acabamos de fornecer permitem esboçar três conclusões sobre o papel do português e das línguas moçambicanas na história da educação em Moçambique:
- D (i) em todo o processo do desenvolvimento do ensino em Moçambique ao português relativamente às línguas Bantu, coube sempre um estatuto privilegiado;  
(ii) durante e a pós a sublevação anti-colonial (1964) o português foi sempre considerado um dos elementos, se não mesmo o único, aglutinador dos moçambicanos, por oposição às línguas Bantu vistas como nocivas à unidade nacional;  
(iii) o desenvolvimento e uso das línguas bantu no ensino nunca teve qualquer expressão significativa, tendo-se-lhes reservado, quanto muito, o mero papel de instrumento facilitador da aprendizagem do português.

- Pós-n Uma das implicações imediatas desta política linguístico-educacional em que a língua de ensino não é a língua materna da maioria do moçambicanos é que muitas crianças antes ou durante a aprendizagem, tenham de dominar e manipular uma língua (o Português) que lhes não é familiar, por forma a conseguir níveis que lhes permitam tirar maior proveito do ensino posterior de e/ou nesta língua, sobretudo a nível cognitivo.
- (11) V Na disciplina de Portuguese os testes foram feitos respeitando também quatro parâmetros, nomeadamente:
- D (1) Gramática,  
(1) Redacção de frases,  
(2) Compreensão escrita, e  
(3) Ortografia. (Nhussi, 1998:38)
- (12) V Quando nos propusemos tratar deste tema sentimo-nos convencidos de que o nosso estudo poderá dar as seguintes contribuições:
- D (a) Chamar a atenção dos fazedores das políticas do país para que na definição de uma política educacional envolvam também as línguas nativamente faladas no país, garantindo (1) uma boa formação aos alunos sem qualquer desperdício escolar (2) a utilização e manutenção das línguas Bantu.  
(b) chamar a atenção de todos os moçambicanos para uma consciencialização linguística no processo de uso de todas as línguas do país. Que as línguas de raiz Bantu não sejam vistas como algo "selvagem", mas algo de estimação e de afirmação dos nossos valores culturais cujo desenvolvimento depende inteiramente da sua valorização. (ibid:3-4)
- (13) V Os programas de educação bilingue podem ser divididos em três categorias:
- D 1) Instrução dada em ambas as línguas simultaneamente.  
2) Instrução dada primeiro na L1 e o é ensinado até ser capaz de usar a L2 como um meio de aprendizagem.  
3) A maior parte da instrução é dada através da L1 e a L2 é introduzida numa fase mais adiantada, primeiro como uso disciplina e depois como meio de instrução. (Timba, 1991:37)
- (14) V Para a elicitação de dados foram efectuados dois tipos de testes.
- D Um teste de Aritmética e outro de Ciências Naturais...

Pós-n

O teste de Aritmética consistiu em dez perguntas essencialmente para a avaliação da assimilação de conceitos de recta e perpendicular.

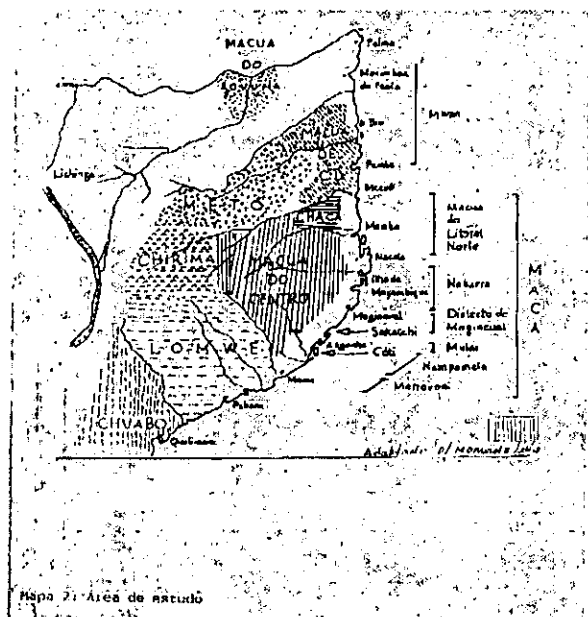
O teste de Ciências Naturais foi baseado em oito perguntas de tipo de escolha múltipla, para a avaliação do conceito de rio, seus elementos constituintes, utilidade e importância. (ibid:52)

## ANEXO 2

### Corpus – Categoria *Rotulação Antecipada*

- (1) V Para o propósito do nosso trabalho delimitamos o raio de abrangência para as zonas geográficas indicadas no mapa 2, que inclui grosso modo áreas dos distritos de Mecuburi, Muecati, Meconta, Murrupula, Mogovolas, Ribáuè e Lalaua. (Afido, 1994:5)

D



- (2) V A título de *exemplo*, os nossos informantes também utilizam verbos como *confensar*<sup>2</sup>, *referir*, *exigir*, etc. que seleccionam complementos oracionais, veja-se a seguinte frase: (Guissemo, 2002:5)

D (1)...eu de facto *confesso* que não tinha possibilidade ...

<sup>2</sup> O itálico é do autor

Pré-n Conforme já mencionámos, os nossos informantes residem em cinco bairros da cidade de Maputo. Assim, os informantes do nível E1 são residentes na sua maioria da zona suburbana, o equivalente a 90%, e os do nível E2 são residentes na sua maioria da zona urbana, o equivalente a 70%. (ibid:26)

(3) V A tabela I sintetiza estas informações.

D Tabela I. Distribuição das variáveis sociais escolaridade/profissão por zona de residência dos informantes. (ibid:26)

Distribuição das variáveis sociais escolaridade/profissão por zona de residência dos informantes

Escolaridade Profissão	Zona de Residência						Subtotal	Total
	Suburbana				AM	Urbana		
	CH	MF	MX			PC		
E1 (+ Baixa)	4	3	2	9 (90%)	1	1	10 (100%)	
E2 (+ Média)	1	1	1	3 (30%)	4	3	10 (100%)	

(4) V No que diz respeito à faixa etária dos nossos informantes, verificamos que os vinte informantes se distribuem por cinco faixas, designadamente, dos 16-25, 26-35, 36-45, 46-55 e mais de 55 anos, como ilustra a tabela abaixo: (ibid:27)

D tabela II. Distribuição das variáveis sociais escolaridade/ profissão por faixa etária dos informantes.

Escolaridade Profissão	Faixa Etária					Total
	16-25	26-35	36-45	46-55	>55	
E1 (+ Baixa)	(2/10) 20%		(1/10) 10%	(2/10) 20%	(5/10) 50%	10 (100%)
E2 (+ Média)	(1/10) 10%	(5/10) 50%	(1/10) 10%	(3/10) 30%		10 (100%)

Pós-n A tabela II mostra que, enquanto no nível E1 a faixa etária dos mais de 55 anos apresenta a maior percentagem de informadores (50%) e a faixa etária dos 26-35 anos não regista nenhum infamante, no nível E2 faixa



etária dos 26-35 anos apresenta a maior percentagem de informantes (50%) e a faixa etária dos mais de 55 anos não regista nenhum informante.

Pré-n      Analisando a distribuição dos informantes que produziram as frases do nosso *corpus* por sexo, notamos que por um lado, no nível E1 há mais informantes do sexo feminino e, por outro lado, no nível E2 há mais informantes do sexo masculino.

(5)      V      A tabela III sintetiza esta informação. (idem)

D      Tabela III. Distribuição das variáveis sociais escolaridade/profissão por sexo dos informantes.

Escolaridade + Profissão	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
E1 (+ Baixa)	(6/10) 60%	(4/10) 40%	10 (100%)
E2 (+ Média)	(4/10) 40%	(6/10) 60%	10 (100%)

Pós-n      A tabela III mostra que, por um lado, no nível E1 a maior parte dos informantes é do sexo feminino (60%), enquanto que, por outro lado, no nível E2 acontece o inverso, a maior parte dos informantes é do sexo masculino (60%).

(6)      V      Tendo em conta a variável sexo, 161 frases, o equivalente a 54,6% foram produzidas por informantes do sexo feminino e as restantes 134 frases, o equivalente a 45,4% foram produzidas por informantes do sexo masculino, como ilustra a tabela seguinte: (ibid:29)

D Tabela V. distribuição das frases produzidas de acordo com o sexo dos informantes

Sexo dos Informantes				Total
Feminino		Masculino		
Informantes	Frases	Informantes	Frases	
(10/20)	(161/295)	(10/20)	(134/295)	100%
50%	54,6%	50%	45,4%	

- (7) V De uma forma geral, partindo da variável escolaridade, nota-se que os informantes do nível E1 produziram 160 frases, o equivalente a 54,2% contra 135 frases, o equivalente a 45,8% produzidas por informantes do nível E2, como ilustra a tabela seguinte: (idem)

D Tabela VI. Distribuição de frases por nível de escolaridade

Número de Frases		Total
E1	E2	
(160/295)	(135/295)	100%
54,2%	45,8%	

Pré-n No que diz respeito aos códigos dos informantes, no presente estudo conservamos parcialmente os códigos do projecto PPOM para garantir a articulação com futuras pesquisas sobre esta mesma base de dados.

- (8) V Isto quer dizer que do código do PPOM retivemos apenas o símbolo referente ao nome do informante e acrescentámos a esse símbolo um número (1 ou 2) referente ao nível de escolaridade, veja-se o exemplo seguinte: (ibid:31-32)

D (18) a. AM8JOA (PPOM) JOA1

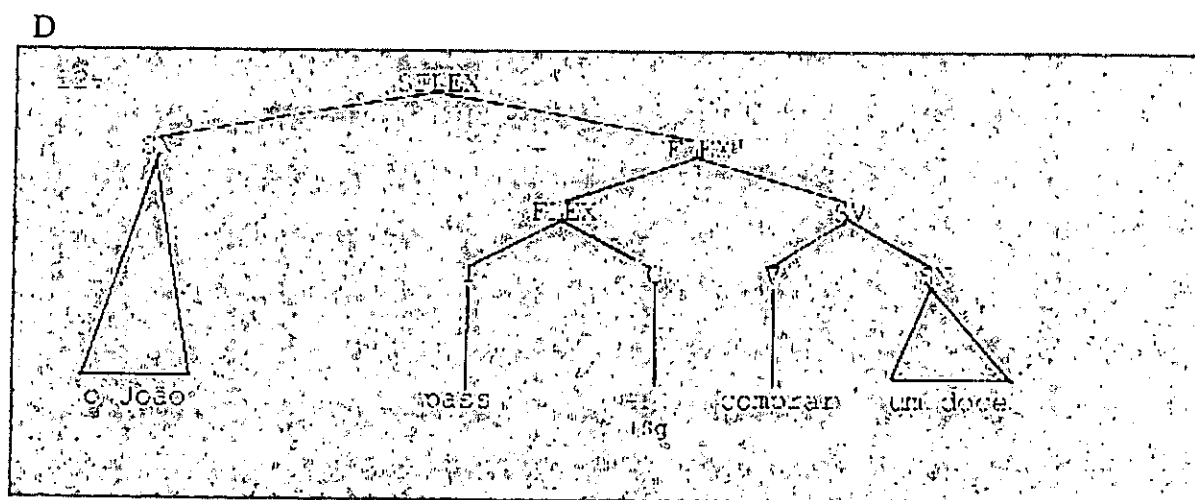
b. MX9KUT (PPOM) KUT2

Pós-n O código (18a) mostra que abandonamos tanto o símbolo referente ao local de residência do informante (AM) como o número do informante (8) e retivemos apenas o símbolo referente ao nome atribuído ao informante

(JOA), ao qual acrescentamos o número 1, referente ao nível de escolaridade do informante JOA.

O mesmo processo ocorreu no código (18b) em que o símbolo KUT2 quer dizer que o informante identificado por KUT possui o nível de escolaridade E2

- (9) V Considerando uma frase como “O João comprou um doce”, pode-se obter a seguinte estrutura: (Jeque, 1996:18)



Considera-se que o verbo “comprar” ( $\alpha$ ) =  $X^0$  rege o SN “um doce” ( $\beta$ ), uma vez que estarão ambos sob uma projecção máxima (SV = Nó). Igualmente, verifica-se que  $\alpha$  c-comanda  $\beta$  (“um doce”), uma vez que o Nó SV domina ambos ( $\alpha$  e  $\beta$ ).

Quanto ao SN/SU “O João”, considera-se que este é regido pela categoria não lexical FLEX°. Este não domina o SN, e tanto este último como o núcleo FLEX° estão sob a projecção de SFLEX.

- Pré-n Embora não descurando este último aspecto, parece que os inquiridos reconhecem que a existência da flexão verbal possibilita a ocorrência do sujeito em posição verbal.

(10) V considerando o caso dos verbos irregulares “ser” e “ter” para este tempo no PM, verifica-se a realização da 3ª pessoa de singular do verbo “ter”, na frase abaixo: (ibid:65)

D 24.a) PM: . . . por mês tem alguma coisa  
b) PE: . . . por mês tenho alguma coisa . . .

Pré-n No caso do PM, a perda dos morfemas flexionais verbais pode levar a que a regra de concordância SU-V não seja interpretada em função da compatibilidade de traços entre o sujeito e verbo.

(11) V Considere-se o seguinte exemplo: (ibid:71)

D 33.a) PM: as escolas **recebe** os alunos  
b) PE: as escolas **recebem** os alunos

## ANEXO 3

### Corpus – Categoria *Recapitulação*

- (1) V No material acima referido e noutro nota-se algumas disparidades na apresentação dos morfemas do tempo presente.
- D Estas disparidades na abordagem pelos diferentes autores levantaram alguns problemas tanto a nível conceptual como no que diz respeito a questões de ordem metodológica no processo de ensino-aprendizagem. (Avido. 1997:10)
- (2) V Assim, conforme já referido na subsecção 2.2, o fenómeno de variação na regência de orações completivas no PB foi estudado por Mollica (1995).
- D O estudo em causa mostra que ao nível do PB existem situações em que a oração completiva é regida pela preposição *de* em circunstâncias em que a norma prevê a regência da oração completiva por meio do verbo da frase superior. Esta situação ocorre em indivíduos mais escolarizados e deve-se a uma certa insegurança do falante quanto à regência dos verbos. (Guisemo, 2002:19)
- (3) V Conforme já mencionamos, os nossos informantes residem em cinco bairros da cidade de Maputo.
- D Assim, os informantes do nível E1 são residentes na sua maioria da zona suburbana, o equivalente a 90%, e os do nível E2 são residentes na sua maioria da zona urbana, o equivalente a 70%. (ibid:26)
- (4) V Tal como já se fez referência, o texto pode-se apresentar quer na forma falada, quer na forma escrita.
- D Este facto estabelece, a priori, a existência de dois tipos distintos de texto: *o texto oral e o texto escrito*. (Ngomane, 1994:5)
- (5) V Tal como se viu, Halliday-Hasan (1976) consideram a existência de três níveis de textura interna, começando pelo nível *supra-enunciado* (ou *supra-frásico*).
- D Trata-se de uma divisão que é válida para efeitos de estudo. Todavia, o ponto de partida para se chegar ao nível *supra-enunciado*, é o *nível do enunciado* (ou *da frase*), do qual, através da *progressão temática*, se inicia

a construção do *nível supra-En* (ou *supra-frásico*), ou seja, da *macroestrutura*. (ibid:14)

- (6) V Tal como tivemos a oportunidade de referir na introdução, o romance *Terra Sonâmbula* do escritor moçambicano Mia Couto constitui o corpus do presente trabalho.
- D Trata-se de um romance de duzentas e vinte (220) páginas, dividido em vinte e duas (22) partes, nomeadamente, onze (11) capítulos e igual número de “cadernos”. (ibid:26)
- (7) V De acordo com os critérios acima definidos, e tomando em conta os propósitos e as hipóteses que norteiam este estudo, estabelecemos três níveis de tratamento dos dados, correspondendo a cada nível uma grelha específica.
- D Tratam-se de níveis que contêm, basicamente, duas dimensões de análise, nomeadamente, a dimensão da *conectividade sequencial* ou *coesão textual*, e a dimensão da *conectividade conceptual* ou *coerência textual*. (ibid:27)
- (8) V Conforme foi dado a constatar, o PE é uma língua de flexão verbal bastante rica, que torna possível o licenciamento de sujeitos nulos.
- D Com o PB, verifica-se o enfraquecimento da morfologia flexional verbal, o que produz um decréscimo na capacidade licenciadora de sujeitos nulos. (Jeque, 2002:28)
- (9) V Conforme referido na introdução do presente trabalho, dos dados recolhidos para a constituição do corpus constavam frases relativas e frases com verbos auxiliares que demonstravam o mesmo padrão de ‘desvios’ na aplicação das regras de concordância verbal.
- D Julga-se que estas constituem áreas potenciais de estudo. (ibid:80)

## ANEXO 4

### Corpus – Categoria *Relato*

- Pré-n Uma vez que, a ideologia torna-se consciência política ligada aos interesses da classe dominante, justifica-se, assim, a oposição entre a ideologia burguesa e a ideologia socialista.
- (1) V Lukács, (marxista ocidental), torna evidente a linha de Lenin, ao definir o marxismo como a expressão ideológica do proletariado ou “a ideologia do proletariado combativo” que levou à capitulação ideológica da burguesia. (Hofisso, 1995:13)
- D Esta concepção negativa vai limitar o conceito da ideologia, o alcance da totalidade da consciência social, apenas ao interesse da classe.
- (2) V Althusser, distingue uma teoria da ideologia em geral, na qual a função de ideologia é assegurar a coesão da sociedade, da teoria de ideologias específicas, cuja a função é sobredeterminada pela nova função de assegurar a dominação de uma classe.
- Ele insiste em que a ciência é o oposto absoluto da ideologia ao mesmo tempo que define ideologia como um nível objectivo da sociedade que é relativamente autónomo.
- D Porém esta concepção possui algumas limitações, por exemplo não consegue conciliar a existência de uma ideologia revolucionária com a afirmação de que toda a ideologia sujeita os indivíduos ao sistema dominante; É difícil conciliar a ideologia como uma representação errónea oposta à ciência com a ideologia enquanto superestrutura objectiva da sociedade. (ibid:14)
- (3) V Segundo Metzeltin (1981:34), o texto, quer seja escrito ou oral, é o conjunto das orações de um comunicado. (Ngomane, 1994:3)
- Para este autor, todo o texto pode, em geral, verter-se num conjunto de proposições.
- V Para Galisson et al (1983:706), citado por Mavale (1992:5), o texto não é mais do que um conjunto acabado ou não de enunciados escritos ou orais constituindo, em geral, um discurso seguido.

- D Quer uma definição, quer outra, procuram estabelecer um conceito de texto de forma linear, caindo no descaramento de aspectos em si imanes, intrínsecos à sua produção e recepção.
- (4)V Referindo-se à consciencialização, Lopes (1997a) defende que as autoridades educacionais deveriam criar um programa que pudesse explicar aos pais, professores e crianças dos benefícios que advêm do ensino e aprendizagem de uma determinada língua de ensino. (Nhussi, 1998:43)
- Para o autor, as autoridades educacionais devem persuadir à população directamente envolvida no ensino, para que essa conheça as “vantagens pedagógicas e culturais associadas a promoção da educação em língua materna e à promoção do bilinguismo individual e na sociedade”.
- D Aplaudindo este aspecto é de afirmar que aqui em Moçambique a herança colonial de conceber Hierarquicamente as línguas faladas no país é uma questão que não sai das mentes da maior parte da população, incluindo intelectuais. O Português é considerado “língua”, um falar de pessoas “cultas” e as línguas bantu são tratadas como “dialectos”, como “falares de pessoas” incultas.
- (5)V Em relação à escolha cuidadosa de um modelo bilingue, Lopes (1997a) questiona o modelo proposto pelo INDE e aconselha o melhoramento do mesmo, principalmente no que diz respeito ao momento de mudança para a L2 como língua de ensino e à manutenção da L1 no ensino de algumas disciplinas a partir do momento em que o meio de ensino muda desta língua para a L2. (ibid:44)
- D Concordamos com as críticas de Lopes (1997a) que aponta três razões que fazem com que o modelo experimentado pelo INDE não seja o melhor: (...)
- (6)V Romaine (1995:8) cita Mackey (1967) considerando que o bilinguismo não é um fenómeno da língua mas do seu uso. Esta ideia parece querer mostrar que o bilinguismo deve ser analisado sob o ponto de vista do uso das línguas e não da sua simples existência.
- D Concordamos com o exposto acima, pois, de facto as línguas podem existir numa sociedade mas se o seu uso não for materializado, a sua existência deixa de se fazer sentir. (Paliche, 2003: 7)



- (7)V Segundo Benson (op.cit.), a utilização da L1 facilita o diálogo entre o professor e os alunos e permite que os alunos façam perguntas individuais e recebam correcções dos professores.
- D Entretanto, esta experiência revela que mesmo os alunos alfabetizados na L1 também têm algumas lacunas. É certo que os alunos desenvolviam certas habilidades, até ao fim da 4ª classe, de leitura e escrita na L1, a verdade é que na L2 demonstravam um fracasso acentuado. Em oposição, os alunos do SNE não têm a mesma habilidade na L1, pois não são alfabetizados nesta língua. (ibid:25)
- (8)V o autor afirma que “há em macua vários presentes, já porque podem ser formados por várias partículas temporais, variáveis de região para região, já porque o sentido da mesma pode variar de região para região”.
- D Pouco claro fica a explicação tal como ela é sobretudo a fundamentação das distinções do ponto de vista morfológico e sintáctico. (ibid:19)
- (9)V A sociolinguística é a área que “estuda a relação entre a língua e a sociedade, entre os usos da língua e as estruturas sociais nas quais os falantes vivem” (Spolsky, 1998:3). (Guissemo, 2002:10)
- D O aspecto de relacionamento apresentado por Spolsky (1998) é de capital importância para a sociolinguística e é defendido por muitos autores entre os quais Hudson (1980) que afirma que a sociolinguística tem por objectivo o estudo das fontes de contacto entre as regras da língua e a sociedade, com vista a explicar como as alternativas que a língua oferece são escolhidas pelos diferentes grupos sociais.

## INDICAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONSTITUIÇÃO DOS CORPORA

- AFIDO, P. J. (1997) Contribuição para o Estudo dos Morfemas do Presente do Indicativo em Emakhuwani. Trabalho de Licenciatura em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane.
- GUISSEMO, M. A. (2002) A Relevância dos Factores Sociais Escolaridade/Profissão na Variação Linguística do Português Oral de Maputo – o caso dos complementos oracionais seleccionados pelo verbo dizer. Trabalho de Licenciatura em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane.
- HOFISSO, N. F. (1995) O ensino da História e as suas Implicações Ideológicas e Sócio-culturais em Moçambique, 1930–1990. Trabalho de Licenciatura em Linguística, Faculdade de Letras, da Universidade Eduardo Mondlane.
- JEQUE, A. (1996) O Enfraquecimento da Morfologia Flexional Verbal (Pessoa e Número) no Português de Moçambique. Trabalho de Licenciatura em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane.
- NHUSSI, V. J. (1998) Língua e Educação em Moçambique. Trabalho de Licenciatura em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane.
- SIMANGO, A. Z. (1994) A Problemática dos Meios de Ensino no EP. 1 do SNE: (Que Língua de Ensino: o português ou uma língua Bantu?). Trabalho de Licenciatura em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane.
- TIMBA, E. A. (1991) Educação Bilingue em Moçambique Que Perspectivas?. Trabalho de Licenciatura em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane.

## BIBLIOGRAFIA

- ALLWOOD, J., ANDERSON, L., DAHL, O. (1977) Logic in Linguistics, Cambridge: Cambridge University Press.
- AUSTIN, J. L. (1962) How to do Things with Words. Oxford: Oxford University Press.
- BERRY, M. (1975) Introduction to Systemic Linguistics. Vol 1. London: Batsford.
- BYRNE, D. (1979) Teaching Writing Skills. London: Longman.
- CONNOR, U & KAPLAN, R. B. (eds) (1987) Writing Across Languages: Analysis of L2 Text. Mass: Addison-Wesley
- COULTHARD, R. M. (1977) An Introduction to Discourse Analysis. London: Longman.
- DIK, S. (1981) Functional Grammar, Dordrecht: Foris.
- van DIJK, T. A. (1977) Text and Context, Exploration in the Semantics and Pragmatics of Discourse, London: Longman.
- \_\_\_\_\_ (1981) Studies in the Pragmatic of Discourse. Hague: Mouton. ✓
- EDMONDSON, W. J. (1981) Spoken Discourse: A Model for Analysis, New York, Longman Group Ltd.
- ENKVIST, N. E. (1987) Text linguist for the applier: An Orientation. In Connor, U. e Kaplan R B (eds.) (1987).

- HALLIDAY, M.A K.& (1976) Cohesion in English. London: Longman.  
 HASAN, R.
- HOEY, M. P. (1979) Signalling in Discourse, Discourse Analysis Monographs Nº. 6, English Language Research, University of Birmingham.
- \_\_\_\_\_ (1981) On the Surface of Discourse. London: George Allen & Unwin.
- JAMES, C. (1980) Contrastive Analysis. London: Longman.
- KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA, L. C. (2000) Texto e Coerência, 7ª Edição, São Paulo, Cortez.
- LOPES, A. J. (1987) The role of prior language knowledge on target language discourse processing. II LASU Conference Report, Zimbabwe.
- \_\_\_\_\_ (1997) Política Linguística: Princípios e Problemas/Language Policy: Principles and Problems. Maputo: Livraria Universitária.
- LYONS, J. (1977) Semantics 1, Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1977) Semantics 2, Cambridge: Cambridge University Press.
- MONTGOMERY, M. M. (1977) Some aspects of discourse structure and cohesion in selected science lectures. M.A. thesis, University of Birmingham.
- ROSEMBLATT, L. (1988) Writing and Reading: The Transactional Theory. Reader, 20, 7-31.

- SEARLE, J. R. (1969) Speech Acts: an Essay in the Philosophy of Language. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1981) Os Actos de Fala: Um Ensaio de Filosofia da Linguagem, Coimbra: Almedina.
- SINCLAIR, J. M. (1981) Planes of Discourse, in The Two fold Voice: essay in honour of Ramesh Mohan.
- SINCLAIR, J. M. & COULTHARD, R. M. (1975) Towards an Analysis of Discourse: The English Used by Teachers and Pupils, Oxford: Oxford University Press.
- TADROS, A. (1981) 'Linguistic Prediction in Economic Texts'. Tese de Doutoramento Departamento de Inglês, Universidade de Birmingham, UK.
- \_\_\_\_\_ (1985) Prediction in Texts, Discourse Analysis Monographs N° 10, English Language Research, Universidade de Birmingham, UK.
- WIDDOWSON, H. G. (1978) Teaching Language as Communication. Oxford: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_ (1979) Explorations in Applied Linguistics, London, Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_ (1983) Learning Purpose and Language Use. Oxford, Oxford University Press.
- WINTER, E. O. (1977) Clause relational approach to English texts: A study of some predictive lexical items in written discourse. Written discourse. Instructional Science, Vol. 6, N° 1.